



Cira Arqueologia

N.º 5



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º 5



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

Alberto Mesquita, Ana Margarida Arruda, António Valongo, Carlos Pereira, Carolina Grilo, Cézer Santos, Cleia Detry, Elisa de Sousa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira, José Pedro Henriques, Mário Longuinho Pereira, Nuno Mota, Rodrigo Banha da Silva, Rui Roberto de Almeida, Tânia Casimiro, Vasco Gil Mantas, Victor Filipe

REVISÃO

João Pimenta, Henrique Mendes

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

2016/2017

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	5
1	9
A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal) ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	33
Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas CARLOS PEREIRA	
3	55
Os Cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos) MÁRIO LONGUINHO PEREIRA	
4	76
O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados VASCO GIL MANTAS	
5	86
A cerâmica comum da <i>villa</i> romana de Povos, Vila Franca de Xira CAROLINA GRILO E CÉZER SANTOS	
6	116
A Urbanística do Subúrbio Ocidental de <i>Felicias Iulia Olisipo</i> (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145 RODRIGO BANHA DA SILVA E ANTÓNIO VALONGO	
7	149
Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de <i>Olisipo</i>. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa NUNO MOTA, CAROLINA GRILO, RUI ROBERTO DE ALMEIDA E VICTOR FILIPE	
8	207
Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E MIGUEL CORREIA	
9	238
Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum CLEIA DETRY E JOÃO PIMENTA	
10	260
Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOÃO SEQUEIRA	
11	274
Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI E XVII TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOSÉ PEDRO HENRIQUES	



Cirra Arqueologia

N.º 5

➤ Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de *Olisipo*. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa

NUNO MOTA

CAL – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA/ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
nuno.miguel.mota@cm-lisboa.pt

CAROLINA GRILO

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
ramosgrilo.carolina@gmail.com

RUI ROBERTO DE ALMEIDA

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
rui.dealmeida@gmail.com

VICTOR FILIPE

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
victor.filipe7@gmail.com

RESUMO

A análise dos contextos estratigráficos encontrados na intervenção arqueológica realizada na Rua de São Mamede resultou na compreensão do significado da mobilização de resíduos sólidos como agente nivelador e modelador de uma área urbana, que detinha uma pendente mais abrupta que a atual, situada entre dois equipamentos públicos da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*: o Teatro e as escassamente conhecidas “Termas dos Cássios”.

A diversidade artefactual, a coerência e homogeneidade cronológicas registadas nos distintos conjuntos exumados revestem-se de especial importância para a reconstituição do comércio de bens e alimentos na região de *Olisipo* e da sua integração nos circuitos comerciais do mundo provincial romano.

Embora estejam maioritariamente documentados conjuntos de escala regional, com um universo percentual esmagador no seio destes contextos, estão igualmente presentes conjuntos de importação que denotam uma intensa circulação de produtos, quer ao nível do abastecimento de bens alimentares, quer de cerâmicas finas.

O estudo dos materiais permitiu observar uma fase de deposição e construção de aterros situada *grosso modo* entre o *terminus* da Época Júlio-cláudia / princípio da Época Flávia e os inícios do segundo quartel do século II (70-125 d.C.).

ABSTRACT

The stratigraphic contexts identified in the archaeological survey in Rua de S. Mamede proved to be very substantial for the understanding of solid residues and waste disposals as transformation agents of the urban landscape, in a high slope area located between two public equipment's of *Felicitas Iulia Olisipo*: the theatre and the scarcely known “Termas dos Cássios”. The diversity, coherency and chronological consistency witnessed by the different artefact assemblages recovered on the site is of particular importance for the reconstitution of trade in the *Olisipo* region and its integration in the commercial circuits of the Roman provincial world. Although regional-scale assemblages are preponderant, import assemblages are also present, indicating an intense circulation of food supply products and fine wares. Its

study allowed to observe a landfill construction phase roughly located between the *terminus* of the Julio-Claudian period /start of the Flavian period and the beginning of the 2nd quarter of the 2nd century (70-125 AD).

1. Introdução

O presente artigo pretende apresentar os contextos e materiais resultantes de uma intervenção arqueológica urbana dirigida pelos arqueólogos Pedro Miranda e Marina Carvalhinhos¹, realizada em 2010 na Rua de São Mamede, na via pública, em frente ao n.º 19.

A referida intervenção estava integrada num conjunto de escavações arqueológicas² preconizadas pelo extinto Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade e desenvolvidas no âmbito do Projecto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa³. Estes trabalhos de carácter científico e monográfico tinham como objectivo geral a identificação, datação e valorização dos vestígios da muralha urbana medieval ou de época anterior, concretamente



Figura 1
Localização
da intervenção
arqueológica da Rua
de São Mamede, via
pública (n.º 19) na
cidade de Lisboa.

do seu lanço Ocidental (para o que concerne a este artigo) que se estenderia desde a zona Sudoeste da Alcáçova do Castelo até à Ribeira, junto à esquina da actual Rua da Padaria com a Rua dos Bacalhoeiros. FIG. 1

Para o efeito utilizou-se, como referência para a abertura de sondagens arqueológicas, a implantação hipotética da estrutura defensiva avançada por Augusto Vieira da Silva na sua obra dedicada à “Cerca Moura de Lisboa” (Silva, 1987). Não obstante, a configuração de alguns troços, delineada por este autor, devido à inexistência de vestígios estruturais visíveis à época, foi baseada na apreciação de pormenores arquitetónicos no edificado actual que sugeriam pré-existências, nas medições do Tombo de 1755 e nas antigas confrontações de propriedade (Silva, 1987, p. 77). Esta análise faria surgir alinhamentos mais duvidosos, nomeadamente no troço entre a Rua de São Mamede e o Largo de Santo António da Sé, onde a muralha hipotética/panelaticamente se desenvolveria pelas fachadas do edificado existente na Calçada do Correio Velho. Neste caso, a título de exemplo, o alinhamento viria a ser corrigido após a intervenção arqueológica no Largo de Santo António da Sé, onde se identificou o embasamento argamassado da muralha e a sua orientação para Norte, mas mais recuada e no prolongamento da antiga Rua de João Fogaça (Mota, 2010, p. 17).

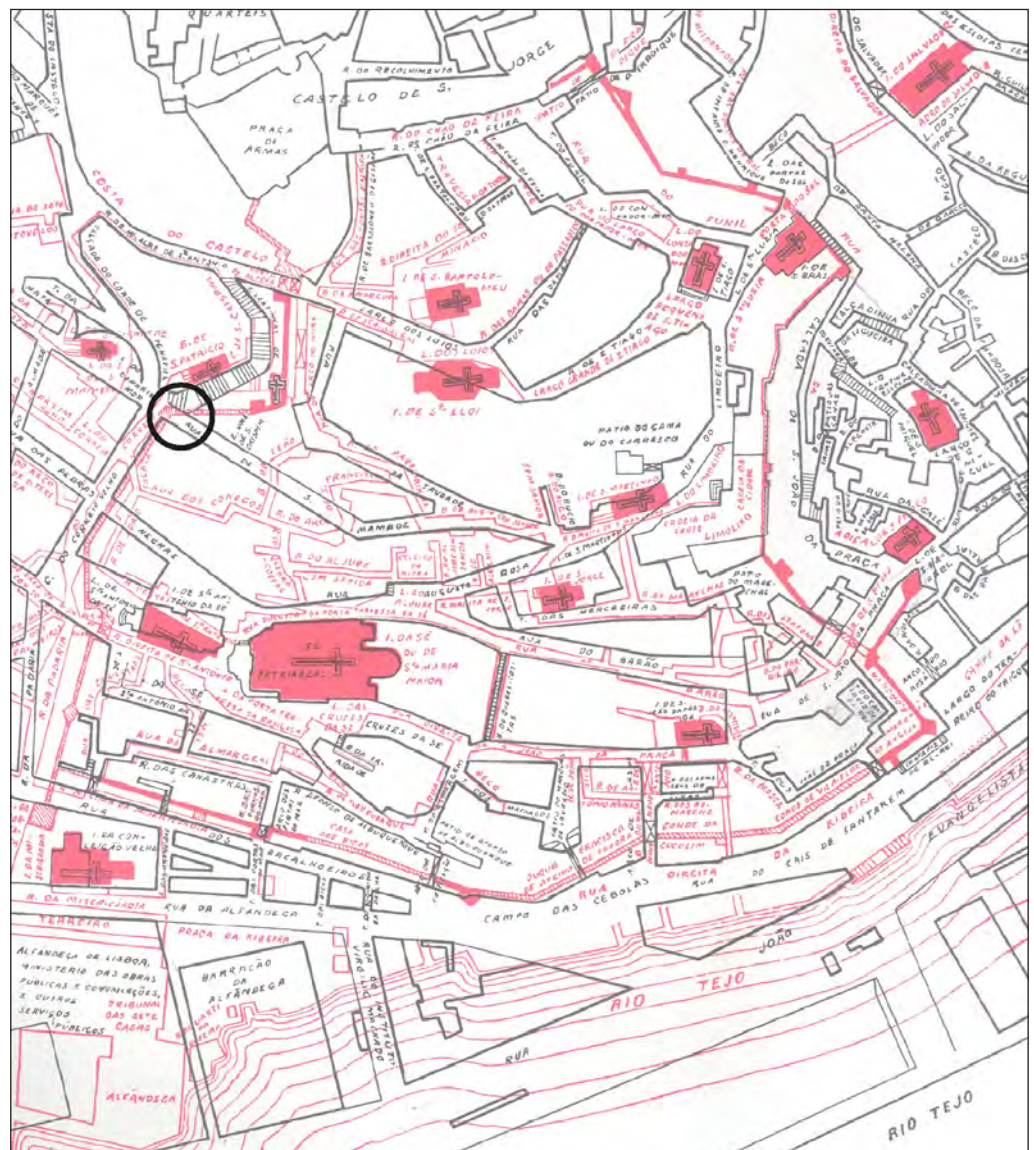


Figura 2
Localização da escavação arqueológica na planta da “Cerca Moura” de A. Vieira da Silva (1987, 3ª ed.).

Na intervenção arqueológica na Rua de São Mamede não se logrou encontrar vestígios estruturais da muralha antiga. Porém, a escavação das duas sondagens indagatórias revelou uma estratigrafia linear e relativamente homogénea, com contextos e materiais de Época Romana Alto Imperial, cuja análise e interpretação crono-estratigráfica se considera manifestamente relevante para o conhecimento e compreensão da formação e da configuração paleotopográfica desta área específica da cidade de *Olisipo*. FIG. 2

2. Enquadramento geológico e arqueológico

Do ponto de vista geomorfológico, a intervenção arqueológica decorreu numa área constituída por formações geológicas da Idade Burdigaliana, pertencente ao Complexo Miocénico (Pais *et alii*, 2006).

Formalmente, o traçado da Rua de São Mamede situa-se na camada conhecida como “Assentada IVb” constituída pelas “Areias da Quinta do Bacalhau” com *Gryphaea gryphoides*. FIG. 3

A Rua de São Mamede, situada na meia encosta da colina do castelo, surgiu enquanto novo eixo viário na sequência da reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, impondo na zona um desenho urbanisticamente distinto do anterior.

Esta situação de ruptura reflectiu-se também nas operações de desaterro efectuadas neste período para a instalação do edificado setecentista, parcialmente confirmadas nas sondagens arqueológicas realizadas na Rua das Pedras Negras, na via pública, em frente ao n.º 5. Neste local verificou-se a ausência dos níveis de formação antrópica, encontrando-se o pavimento actual directamente assente no substrato geológico (Carvalhinhos *et alii*, 2010). Esta informação foi complementada com uma intervenção arqueológica na área adjacente realizada no jardim do n.º 15 da Rua de São Mamede, cujo paredão de contenção do terreno delimita o alinhamento Norte da Rua das Pedras Negras, que revelou a presença de contextos da Idade do Ferro (Pimenta *et alii*, 2014) sobre o mesmo substrato geológico, mas a uma altura bastante superior. A confrontação altimétrica das duas realidades permite observar um exemplo do grau de destruição causado pelas operações urbanísticas de meia encosta realizadas em Época Moderna, concretamente as de desaterro, a que se soma o encaixe do edificado em “consola”, o que subtraiu um grande volume de terreno e, conseqüentemente, maiores alterações na topografia do local.

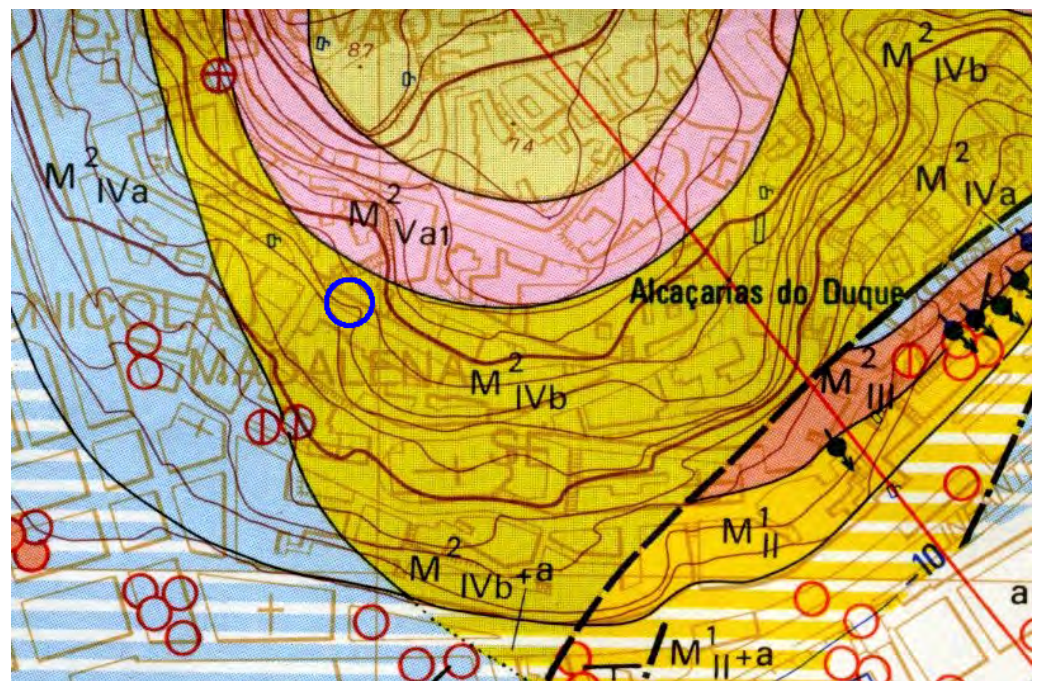


Figura 3
Localização da
intervenção
arqueológica na
Carta Geológica do
Concelho de Lisboa
– Escala 1:10 000
(ALMEIDA, F. M., 1986).

Não obstante o interface de destruição criado na segunda metade do século XVIII, que obliterou grande parte dos vestígios de Época Medieval e Moderna, no que concerne à Rua de São Mamede e envolvente directa, nas realidades subjacentes foram detectados contextos deposicionais relevantes e de ampla cronologia romana Imperial e sobretudo da Antiguidade Tardia, nomeadamente nas intervenções realizadas no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel (Silva e De Man, 2015) e nas Escadinhas de São Crispim, n.º 3 (Silva e Filipe, 2012). Na escavação realizada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel e na Rua de São Mamede, em área contígua ao jardim, destaca-se ainda a descoberta de dois fragmentos de tampa de sepultura paleocristã (Diogo, 1997; Trindade e Diogo, 1999).

A morfologia da dinâmica deposicional antiga registada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel sugere uma interpretação relacionada com sucessivas formações detríticas produzidas ao longo dos séculos I a III, associadas a um muro de contenção alto-imperial (Silva, 2012, p. 234). Esta dinâmica deposicional estende-se à área Norte da Calçada do Correio Velho, onde foi detectada uma estratigrafia idêntica, estimando-se a cronologia de construção da estrutura de contenção em época flávio-trajano (Silva, 2012, p. 246). Nas Escadinhas de São Crispim, n.º 3, a intervenção arqueológica registou uma ocupação sistemática enquanto zona de despejos e de lixeira com uma cronologia entre os séculos I a III e um progressivo abandono nos séculos IV e V (Silva e Filipe, 2012, p. 47). O estudo mais detalhado dos contextos e espólio cerâmico exumado permitiu enquadrar os níveis de lixeira num lapso temporal compreendido entre o século II e a primeira metade do século VI (Quaresma, no prelo).

3. A intervenção e a estratigrafia arqueológica

A abordagem metodológica para a intervenção na Rua de São Mamede consistiu na escavação arqueológica de duas sondagens condicionadas ao espaço disponível na via pública, com 5m x 1,5m, distando 2m entre si, concretamente no passeio pedonal e lugares de estacionamento demarcados na zona junto ao arranque inferior das Escadinhas de São Crispim. FIG. 4

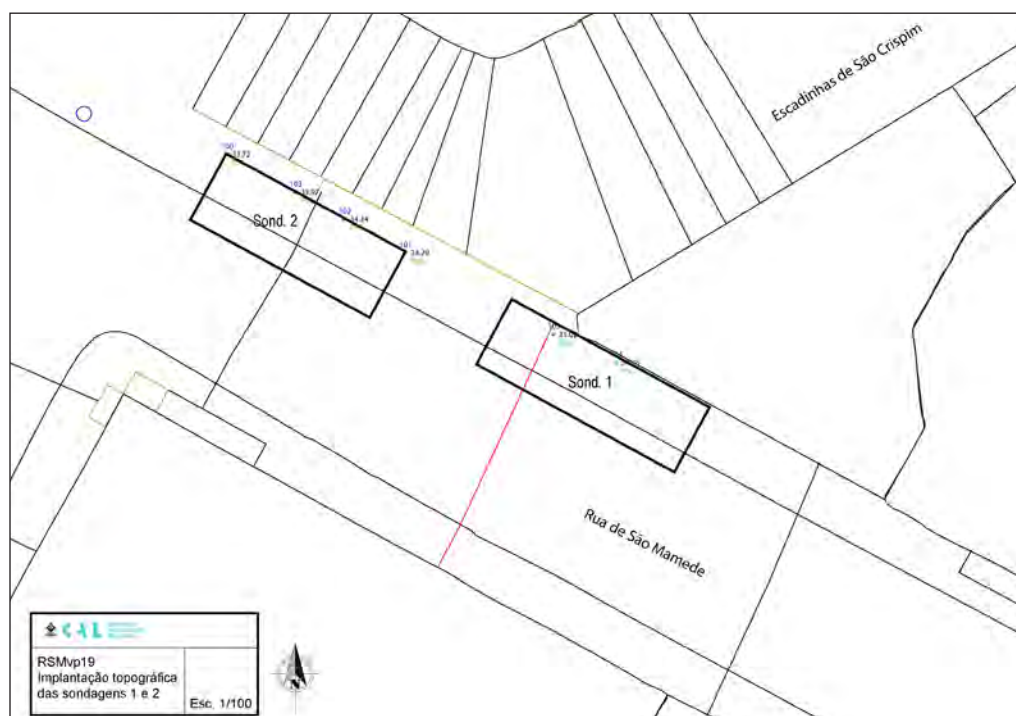


Figura 4
Implantação das duas sondagens arqueológicas na Rua de São Mamede, junto às Escadinhas de São Crispim.

A sondagem 1 revelou a presença de contextos de Época Contemporânea que assentavam directamente sobre os estratos romanos (FIG.5). A sondagem 2 continha uma sequência semelhante, mas com a presença de depósitos e vestígios de estruturas de Época Medieval/Moderna bastante truncados e residuais assentes nos estratos formados em Época Romana (FIG.6). Face aos contextos detectados, a escavação arqueológica foi direccionada para a análise dos estratos romanos, com o objectivo de compreender a sua dinâmica deposicional, designadamente os aspectos relacionados com a transformação da paleotopografia do local. Nesse sentido, foi realizada uma pequena sondagem cumulativa, com cerca de 1 x 1 m, no interior da sondagem 1, que atingiu os 3,5 m, sem no entanto se atingir o substrato geo-



Figura 5
Aspecto do topo da UE [105] após remoção dos níveis de destruição de Época Contemporânea.



Figura 6
Aspecto do topo das UEs [212] e [222] com os vestígios estruturais de Época Medieval/Moderna.

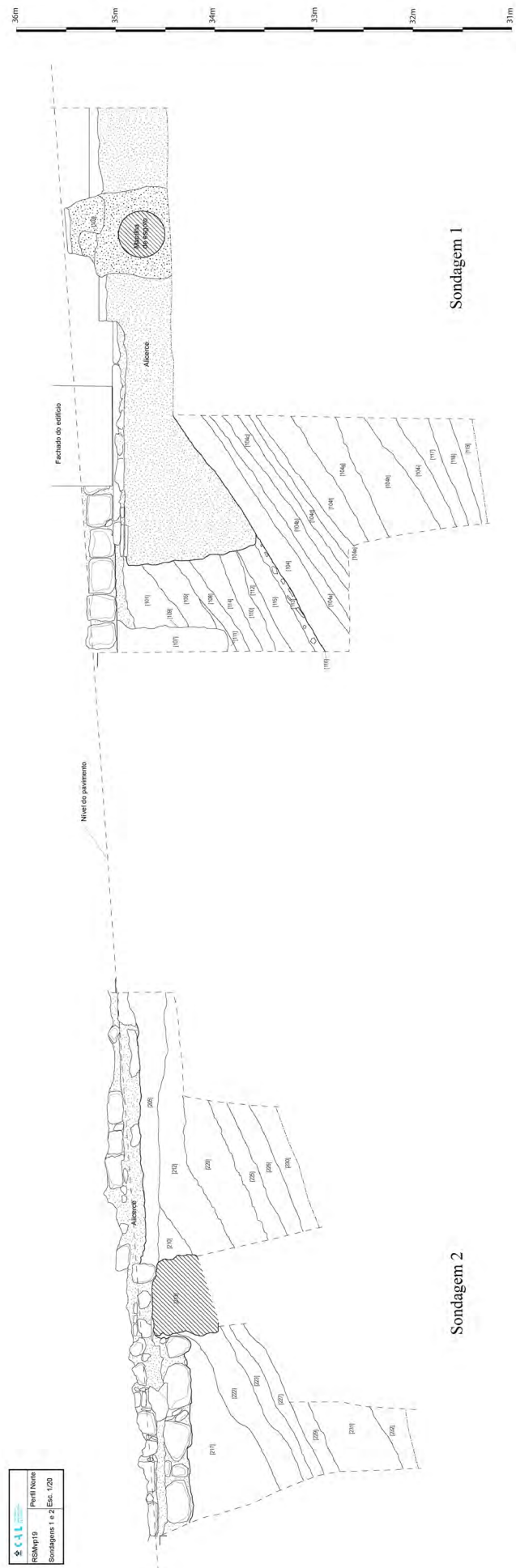


Figura 7
Perfil estratigráfico
Norte das sondagens
1 e 2.

lógico de base, uma vez que as condições de segurança e a necessidade de contenção dos perfis não permitiu maior desenvolvimento em profundidade.

A área escavada possibilitou verificar que a estratigrafia de Época Romana acompanhava a pendente actual da rua, no sentido Este-Oeste, contudo com uma inclinação mais acentuada. FIG. 7

Na sondagem 1 foi também perceptível que a matriz sedimentar dos diversos estratos encontrava uma clara distinção entre as UEs [113] e [104], definindo-se um “interface de estrato” (UE [116]) muito bem marcado (cf. Fig. 7), sendo durante a fase da escavação difícil de discernir se se tratava do substrato geológico ou de um sedimento análogo mobilizado por acção antrópica. A escavação deste sedimento em profundidade permitiu validar esta última interpretação ao expor os depósitos antrópicos subjacentes: as UE [117] a [119]. FIG. 8



Figura 8
Pormenor do
“interface de estrato”
[116] na sondagem 1.



Figura 9
Topo da UE [117]
abaixo da sequência
das camadas
nomeadas com a UE
[104].

Figura 10
Aspecto do conjunto
de camadas
heterogêneas
presentes na
sondagem 2.

Na sondagem 2 os depósitos apresentavam uma matriz mais heterogênea, compatível com a dinâmica estratigráfica Este-Oeste que se havia distinguido nas camadas superiores da sondagem 1. FIG. 9

De uma forma geral, os depósitos sedimentares apresentavam uma alternância clara entre camadas mais homogêneas e heterogêneas. As homogêneas (UEs [105] e [104] a [104i]) consistem em camadas muito compactas de silte argiloso micáceo, de cor castanha esverdeada, com intercalação de abundantes nódulos brancos carbonatados, carvão, fragmentos de cerâmica de pequena dimensão, fragmentos de rocha e raros fragmentos de carapaças de moluscos, com escasso espólio arqueológico e muito fragmentado. As heterogêneas (UEs [111] a [115] e [117] a [119], [222] a [232] e [212] a [230]) consistem em camadas arenosas compactadas, com material inerte de vários calibres, contendo maior quantidade de espólio cerâmico fino, anfórico, comum e de construção (*imbrices*, *tegulae* e *lateres*), assim como nódulos de argamassa, estuque branco e pintado e restos faunísticos.

A morfologia linear desta sequência estratigráfica superiormente truncada sugere uma deposição premeditada, estruturada e efectuada através da acumulação intensiva e relativamente rápida de detritos provenientes de ambientes domésticos e de reformulações edilícias, com o presumível objectivo de regularizar esta zona de encosta. A inclinação de todas estas camadas, observável no perfil Norte das sondagens, denunciava também uma dinâmica de despejo executada de Este para Oeste. A leitura do perfil cumulativo Este da sondagem 1, permite observar uma dinâmica de acumulação detritica divergente, constatando-se que na orientação Norte-Sul, a partir de um determinado momento nas acções de despejo (nas camadas acima da UE [104h]) a estratificação adquire uma inclinação Sul-Norte, como se tivessem sido encostadas a uma estrutura de contenção que não foi identificada na escavação porventura devido à escassa largura das sondagens arqueológicas (FIG. 10). Esta provável estrutura de contenção do terreno poderá estar associada ou ser o desenvolvimento da que foi anteriormente identificada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel (Silva, 2012, p. 234). FIG. 11

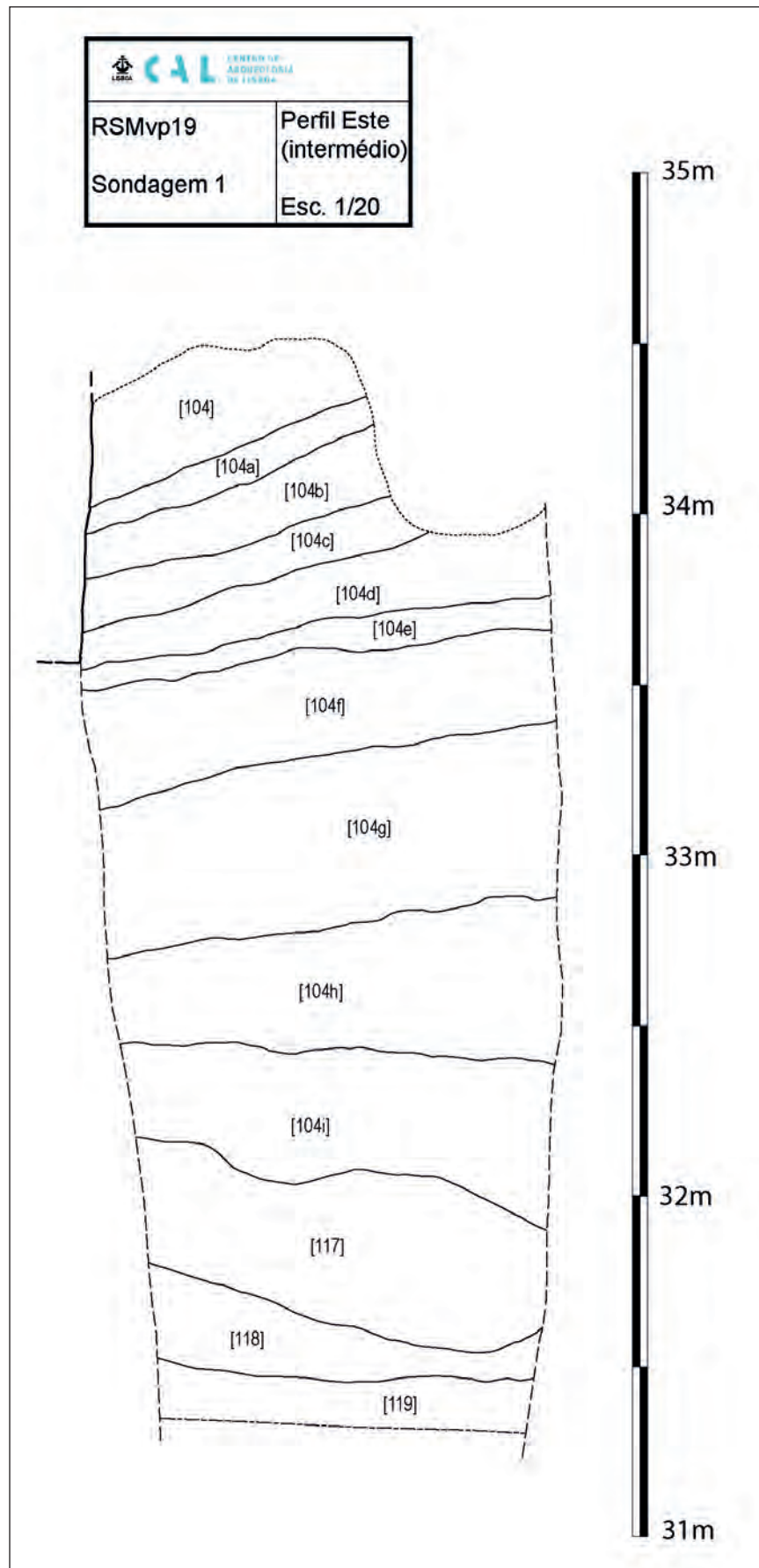


Figura 11
Perfil Este cumulativo
da sondagem 1.

4. Os materiais

O estudo dos materiais oriundos dos contextos de época romana das sondagens de Rua de S. Mamede permitiu observar uma fase de deposição e construção de aterros situada *grosso modo* entre o *terminus* da época Júlio-cláudia / princípio da época Flávia e os inícios do segundo quartel do século II (70-125 d.C.). As datações propostas para estes momentos constituem-se como hipóteses de trabalho e estão baseadas na informação proveniente da cronologia das cerâmicas exumadas, uma vez que a formação destas sequências é compatível com um momento relativamente curto de formação e deposição, pressupondo, com grande probabilidade, uma remobilização destas cerâmicas e de outros materiais, feita a partir de um lugar não muito distante do espaço em questão.

Integravam o espólio destes depósitos conjuntos de materiais de produção local e de importação, lucernas, ânforas, cerâmica comum e cerâmicas finas de paredes finas e *terra sigillata*, esta última já objeto de uma primeira classificação e interpretação global (Silva, 2012, p. 248). Nesse sentido, a informação proveniente do universo dos materiais integrados nestes contextos assume especial importância na ótica do consumo e do comércio de alimentos em *Olisipo* e das dinâmicas de ocupação da área da colina.

Tabela 1 Quantificação sintética por categorias cerâmicas das Sondagens 1 e 2.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	43	20	3,9%	59	11%
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	15	8	1,6%		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	34	20	3,9%		
	Gália	1	1	0,2%		
	Península itálica	6	5	1,0%		
	Norte de África	2	2	0,4%		
	Mediterrâneo Oriental	4	2	0,4%		
	Indeterminada	1	1	0,2%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	68	30	5,8%	103	20%
	TSI Tardo - it	1	1	0,2%		
	TSSG	145	56	10,9%		
	TSHp	4	2	0,4%		
	TSH	29	14	2,7%		
Paredes Finas		33	16	3,1%	16	3,1%
Lucernas		55	25	4,9%	25	4,9%
Cerâmica Comum	Itálica	16	9	1,8%	311	60,5%
	Bética (Guadalquivir)	17	14	2,7%		
	Bética (costa ocidental)	37	26	5,1%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	389	262	51,0%		
Total		900	514	100%	514	100%

4.1. Sondagem 1

Embora os materiais romanos estejam presentes ao longo de toda a sequência, a análise crono-estratigráfica da Rua de S. Mamede incidiu sobre os contextos de época romana,

que abrangeram, como indicado, um lapso temporal de cerca de 50 anos, destacando uma coerência e homogeneidade dos conjuntos artefactuais no âmbito dos faseamentos definidos estratigraficamente nas diferentes sondagens.

No caso da sondagem 1, estes contextos corresponderam às unidades estratigráficas [105], [108], [110], [112], [115], [113], [104], [117] e [118] cuja componente artefactual permitiu situar genericamente nos finais do período Julio-Cláudio/primeiros anos da dinastia Flávia, não devendo ultrapassar o final terceiro quartel do século I d. C.

Tabela 2 Quantificação sintética por categorias cerâmicas da Sondagem 1.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	3	3	1,8%	7	4,2%
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	3	3	1,8%		
	Península itálica	2	1	0,6%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	58	25	14,9%	39	23,2%
	TSSG	31	12	7,1%		
	TSH	4	2	1,2%		
Paredes Finas		20	9	5,4%	9	5,4%
Lucernas		23	12	7,1%	12	7,1%
Cerâmica Comum	Itálica	7	4	2,4%	101	60,2%
	Bética (Guadalquivir)	7	7	4,2%		
	Bética (costa ocidental)	11	10	6,0%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	110	80	47,6%		
Total		279	168	100%	168	100%

4.1.1. Cerâmicas finas e lucernas

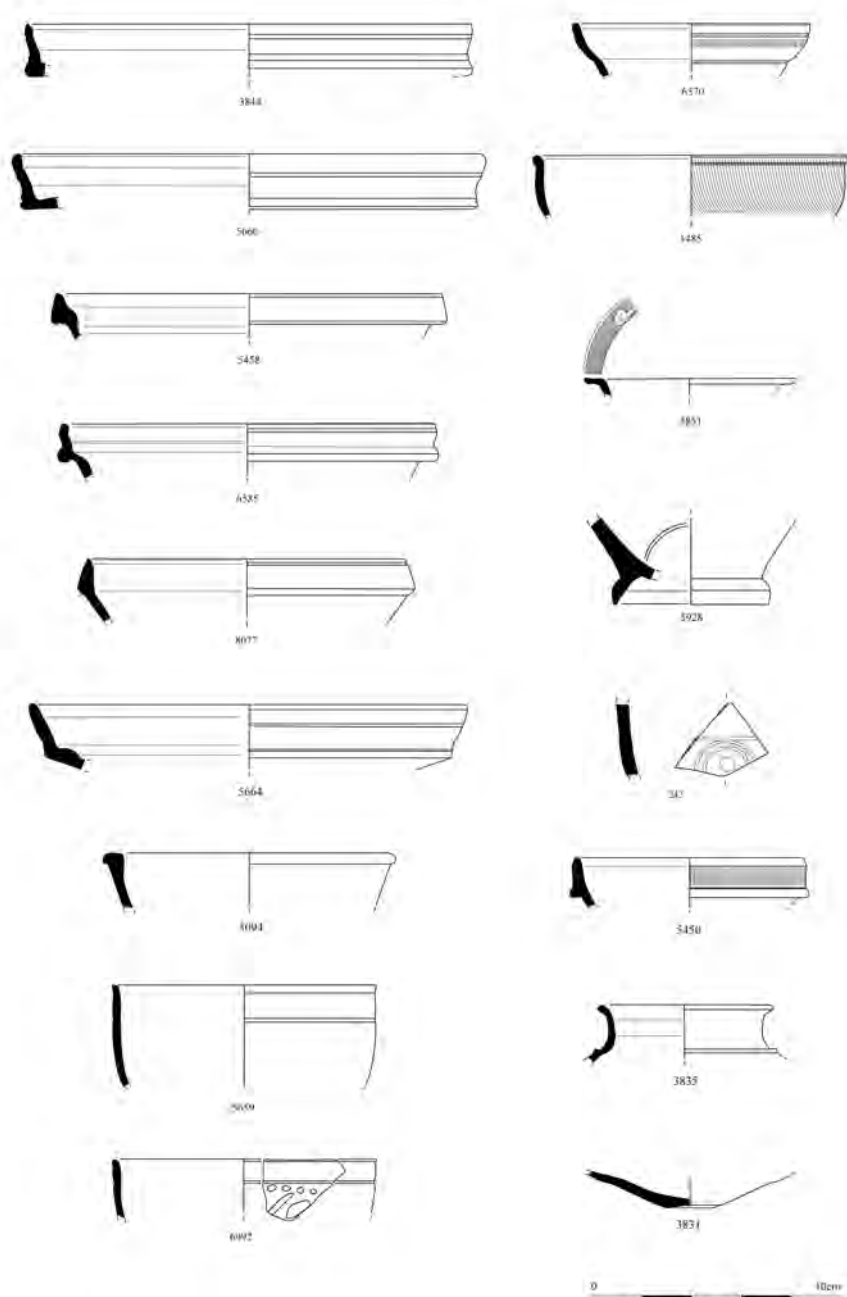
No que respeita à sondagem 1, o conjunto de *terra sigillata* contabiliza 93 fragmentos que se traduzem numa representação global de 39 indivíduos (NMI) correspondendo, a seguir à cerâmica comum, à categoria melhor representada com 23,2% (v. Tabelas 2 e 3). O grupo com maior representação corresponde às importações itálicas, observando-se cronologias centradas na primeira metade do século I (Silva, 2012, p. 249-250), embora a presença de conjuntos finos originários do sul da Gália e de produção hispânica sustente uma cronologia mais coetânea com o segundo e o terceiro quartéis do mesmo século. É igualmente de sublinhar a ausência de importações norte africanas documentadas apenas nas fases pós-romanas.

As produções itálicas totalizam 14,9% do conjunto (v. Tabelas 2 e 3) com 25 indivíduos (NMI) e modelos que remontam a cronologias augustanas: pratos *Consp.* 4, *Consp.* 12 (Fig. 12, 5458) e *Consp.* 18, na variante 18.2.2 (Fig. 12, 3844 e 5660), a par com modelos formais mais tardios, *Consp.* 22 (Fig. 12, 6585), *Consp.* 23, um dos quais enquadrado na variante 23.1 (Fig. 12, 8077), *Consp.* 27, *Consp.* 31 (Fig. 12, 6570) e *Consp.* 32 que indiciam um perfil de importações relativamente avançado (Silva, 2012, p. 248). Um fragmento de bojo da forma *Consp.* 50.3 (não ilustrado), cuja cronologia é coetânea com um arco cronológico entre o principado de Augusto e a época Flávia (Conspectus, p.138), assim como três marcas de oleiro de cronologias da primeira metade do século I d.C. (Silva, 2012, p. 253) pertencem igualmente ao conjunto.

As produções sudgálicas representam 7,1% da categoria (v. Tabelas 2 e 3), com 12 indivíduos atestados, encontrando-se documentadas pelos pratos Drag 15/17 (Fig. 12, 5664), pelas taças Drag 24/25 (Fig. 12, 5450) e por exemplares únicos das taças Ritt 5 e Ritt 9 (Fig. 12, 5094), representando um conjunto relativamente coeso dos momentos iniciais de importação das produções sudgálicas, centrado nos meados do século I d.C. com paralelos outros contextos urbanos de *Olisipo* (Silva, Nozes e Miranda, 2015; Silva, 2015a; 2015b).

A estas formas devemos acrescentar as oito marcas de oleiro sudgálicas, já analisadas com o devido detalhe (Silva, 2012, p. 257) que fornecem preciosos indicadores para o *terminus post* quem destes contextos centrados na época Flávia (Silva, 2012, p. 257), e corroborado pelas importações hispânicas, representadas por 2 indivíduos sem atribuição tipológica, um dos quais de produção de La Rioja com decoração em círculos concêntricos (Fig. 12, 243). Refira-se que estes últimos correspondem a 1,2% desta categoria (v. Tabelas 2 e 3) e são oriundos da camada [117], um dos estratos de base da sequência desta sondagem. FIG. 12

Figura 12
Sondagem 1,
Cerâmicas finas.
SM3844 e SM5660
– TSI Conspectus
18; SM5458 – TSI
Conspectus 12;
SM6585 – TSI
Conspectus 22;
SM8077 – TSI
Conspectus 23;
SM6570 – TSI
Conspectus 31; SM
1485- TSI Conspectus
32; SM 3851 –
Conspectus ; SM 5928
– TSI; SM5664 – TSSG
Drag 15/17; SM5094
– TSSG Ritt9; SM5450
– TSSG Drag 24/25;
SM243 – TSH com
decoração em círculos
concêntricos; SM5659
e 6992 – Par Fin Mayet
37; SM3835 – Par fin
Mayet 21; SM3831 –
Par fin Mayet 34.



Entre as paredes finas foram contabilizados 14 fragmentos (apenas 5,36% de toda a cerâmica – v. Tabelas 2 e 3), que correspondem a 9 indivíduos. Dois destes são residuais, mais concretamente as produções itálicas Mayet 8, tardo-republicana, e Mayet 21, augustana (Fig. 12, 3835), com a típica moldura abaixo do colo, aqui entendidas como elementos comuns e significativos no quadro de realidades arqueológicas como a Rua de S. Mamede, onde subsistem tipos e formas cerâmicas de cronologia anterior remobilizados em realidades posteriores.

Os restantes 7 exemplares correspondem a formas alto-imperiais típicas dos conjuntos de meados do século I (Mayet, 1975) e correspondem na totalidade a produções de origem bética. A forma Mayet 37 é a mais representada, com 3 indivíduos (Fig. 12, 5659 e 6992), estando também documentado um exemplar de fundo da forma Mayet 34 (Fig. 12, 3831) de produção em casca de ovo, enquadrável entre Cláudio e Nero (Mayet, 1975, p. 69).

As primeiras são das formas mais recorrentes nos contextos de meados do século I, onde *Olisipo* não é exceção, estando identificadas na fossa [9033] da Praça da Figueira, datada de Cláudio-Nero, onde surgem acompanhadas da segunda (Silva, Nozes e Miranda, 2015, p. 8, fig. 6); no contexto Claudiano da Rua dos Remédios (Silva, 2015b, p. 49); nos contextos de construção da fábrica da Rua dos Bacalhoeiros situados entre 60-70 d.C. (Fernandes *et alii*, 2011, fig. 14, 118; Silva, 2012, p. 333); no Nucleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) em contextos análogos (Grilo, no prelo) ou na Calçada do Correio Velho, em contextos Flávio-Trajânicos (Silva, 2012, p. 246), entre outros.

Um mesmo panorama de importações é oferecido pelo conjunto lucernário, na sua maioria muito fragmentado e de difícil classificação morfológica, que corresponde a 7,4% da amostra da sondagem 1, contando com 12 exemplares e uma proporção de 11 indivíduos béticos para um itálico. Estão documentados 4 exemplares de volutas, 3 dos quais de produção bética e um de produção itálica, representado por uma orla plana com inclinação para o interior e separação do disco por duas ou mais molduras concêntricas (Fig. 13, 3833). Estas características correspondem a um dos aspectos formais destas produções, muito embora não permitam uma classificação tipo-cronológica rigorosa (Morillo-Cerdán, 1999, p. 67), optando-se, deste modo, pela sua integração no conjunto das formas 9/11 de Dressel, que, de acordo com a sua cronologia de produção, abrange todo o século I d.C.

Está igualmente documentado um exemplar de disco do tipo Dr.-Lamb. 20, cuja produção se situa já na segunda metade do século I e ao longo do século II (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2009), podendo também incluir-se entre o grupo das lucernas de disco, com as devidas reservas, o exemplar de orla 3839 (Fig. 13). Sendo a forma Dr.-Lamb. 20 uma das mais vulgarizadas da produção lucernária, este é um tipo recorrente nos contextos de Lisboa, documentado, a título de exemplo, nos estratos associados à construção do complexo fabril da Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes *et alii*, 2011, fig. 14, 118) dos meados do século I d.C.; na Praça da Figueira, onde além dos exemplares béticos está também reconhecida a produção local deste tipo já em contextos do século II (Vieira, 2011, Est. I, 2, Est. II, n.º 3; Est. XVIII, 119 e 120, entre outros); nas Termas dos Cássios ou na Calçada do Correio Velho (Vieira, 2011, p. 111–112) e no conjunto do Teatro Romano (Diogo e Sepúlveda, 2000, p. 156, fig. 2, 4 e 5; 2001, Est. I, 1 a 6).

A nível iconográfico, estão representados diferentes temas, entre os quais divindades como Vitória sobre *orbis* (Fig. 13, 5637), numa representação com paralelos em Mérida (Rodríguez Martín, 2002, lamina XIX, 85), cenas triunfantes, como a representação de uma cabeça subjugada (Fig. 13, 3841) ou barcos (Fig. 13, 3840). [FIG. 13](#)

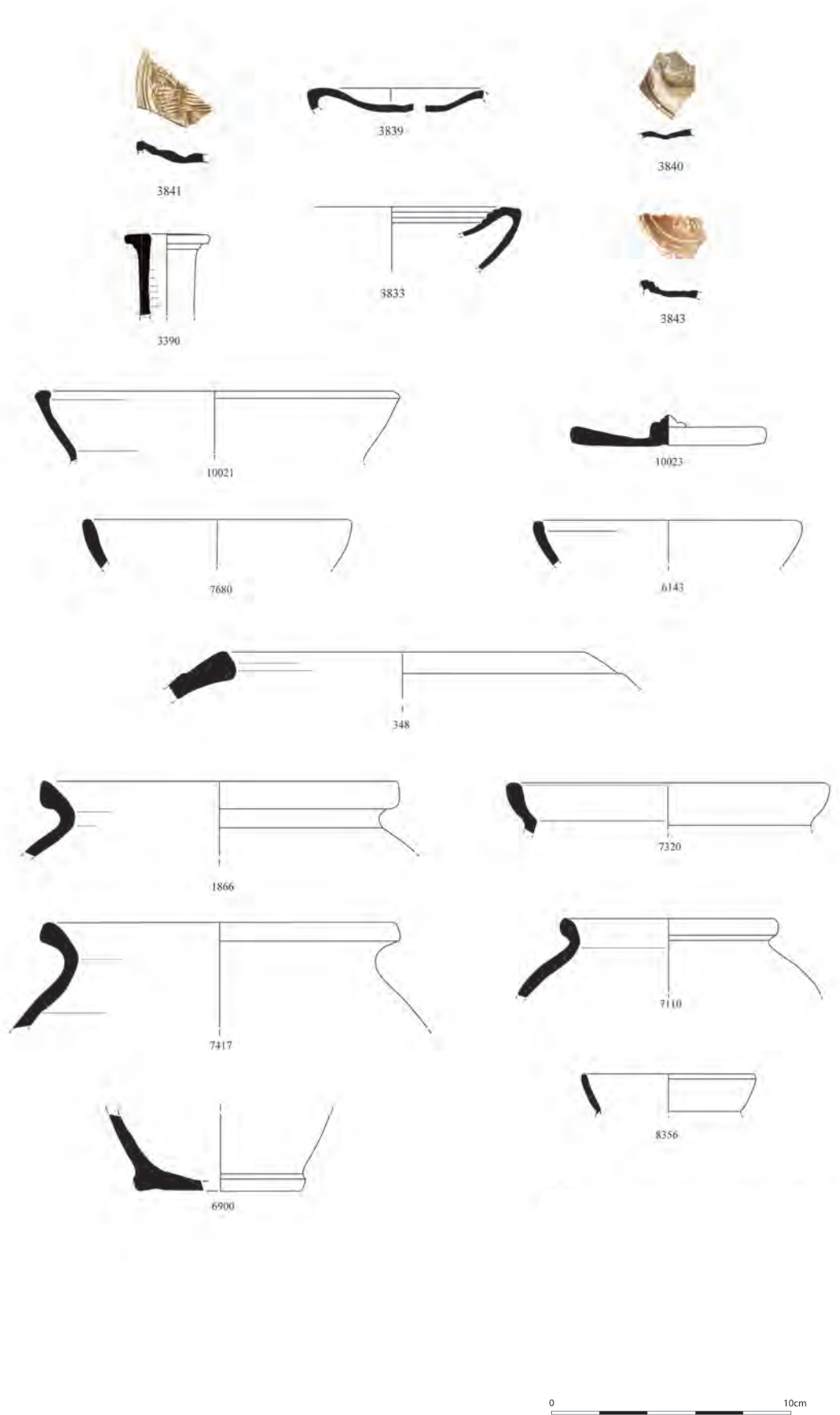


Figura 13

Sondagem

1, Lucernas.

Bética: SM3841 –

Fragmento de orla

e disco; SM3839 –

Fragmento de orla

e disco; SM3833

– Fragmento de

orla e parede

de reservatório;

SM3840 –

Fragmento de

disco; SM3843

– Fragmento de

disco; SM3390

– Unguentario;

Cerâmica

comum: Cerâmica

comum Bética

Costa ocidental

SM10021- Pote;

SM7680 e SM6143

– Tigelas; SM10023

– Opercula; Cer.

Com. Lusitania

Tejo/Sado: SM348,

1866, 7417 e 7320

– Potes; SM7110 e

SM8356 – Potinhos.

0 10cm

4.1.2. Cerâmica Comum

Como expectável, a cerâmica comum é naturalmente a categoria mais representada nos contextos da Rua de S. Mamede, quer a nível global, totalizando 60,5% do conjunto (v. Tabela 1), como na análise individual da sequência crono-estratigráfica de cada sondagem (v. Tabelas 2 e 4). Importa indicar que em ambas as sondagens a cerâmica comum é exclusivamente de cronologia romana, não tendo sido registada a presença de outras produções rastreáveis à Idade do Ferro, igualmente frequentes em contextos desta natureza (Silva, 2013).

Concretamente na sondagem 1, esta é também a categoria mais expressiva em termos globais, contando 279 fragmentos e 101 indivíduos, com um valor percentual de 60,2% (v. Tabelas 2 e 3), o que contabiliza mais de metade da amostra total da sondagem. É evidente o domínio da produção local e regional com origem na região do Tejo/Sado sobre as importações de origem itálica e bética, com valores minoritários. Este é, aliás, um denominador comum aos contextos artefactuais desta fase, (Silva, 2013; Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) que manifestam presença assídua de importações de cerâmica comum de origem itálica e peninsular sempre em percentagens reduzidas ao longo período Julio-Claúdio (Silva, 2015a).

Em termos quantitativos, as produções itálicas correspondem a 4 indivíduos totalizando 2,38% da categoria (v. Tabela 3). Estão representados: 1 fragmento de prato de engobe vermelho pompeiano de fabrico campano, que não foi possível integrar em nenhuma tipologia, e 3 unguentários incluídos genericamente no grupo D da tipologia de Lattara (Py, 1993) (Fig. 13, 3390), de pastas semelhantes às paredes finas itálicas, que, apesar de se tratarem de peças associadas maioritariamente a contextos funerários (Silva, 1999, p. 54; 2005, p. 44; Bugalhão *et alii*, 2013, p. 258), estão também documentados em contextos de natureza análoga à Rua de S. Mamede, como a já mencionada Rua dos Remédios, em Alfama, datada da fase Cláudio-Neroniana (Silva, 2015b, estampa 3, n.º 907 e p. 52); na fossa [9033] da Praça da Figueira datada entre 50-60 d.C. (Silva, Nozes e Miranda, 2015) e na Rua Augusta, na intervenção realizada na Zara5.

As cerâmicas comuns de origem bética estão representadas pelas características produções de pastas calcárias e tonalidades claras, amarelas ou esbranquiçadas, com uma percentagem combinada de 10,13% do conjunto da cerâmica comum, compreendendo 17 exemplares (v. Tabela 3) distribuídos pelas produções da região do Guadalquivir (4,17%) e da Costa Ocidental (5,95%) e tratam-se de formas bem documentadas e de rápida aceitação nos contextos de *Olisipo* da primeira metade e de meados do século I d.C. (Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015).

O primeiro grupo está representado na Rua de S. Mamede por 7 indivíduos, distribuídos por tigelas, *opercula* e um almofariz representado pelo fundo estriado; no que diz respeito às produções atribuíveis às olarias da área da Baía de Cádiz, contam-se 10 exemplares, incluindo *opercula* (Fig. 13, 10023), tigelas (Fig. 13, 6143 e 7680), pote/panelas de bordo alto e contracurvado com espessamento interno (Fig. 13, 10021) e um fundo de um potinho (Fig. 13, 6900).

As cerâmicas comuns locais e regionais são dominantes nos estratos de cronologia romana da sondagem 1, totalizando 80 indivíduos, cerca de 47,63% do conjunto global (v. Tabelas 2 e 3). A nível tecnológico, caracterizam-se pelas típicas pastas de matriz quartzítica, integradas nas matrizes cerâmicas pertencentes ao grupo regional do Baixo Tejo, compostas maioritariamente por pastas não calcárias (Santos, 2011; Grilo e Santos, neste volume; Grilo, no prelo), observando algumas nuances tecnológicas que se prendem essencialmente com aspetos de funcionalidade. São formas de conformação exclusiva a torno rápido, não tendo sido regis-

tada a presença de produções manuais ou a torno lento, que têm vindo a ser detetadas, ainda que de forma residual, em alguns contextos alto imperiais de Lisboa (Quaresma, no prelo).

O repertório formal é relativamente diversificado, distribuído fundamentalmente pelas categorias funcionais de cozinha (potes/panelas, tachos e tampas), armazenamento (talhas) preparação (alguidares) e e mesa e serviço (pratos, tigelas, bilhas, jarros e potinhos). O primeiro grupo é o que aufere maior representação, com cerca de 60%, seguido da cerâmica de mesa e serviço (33,75%) e, por último, da cerâmica de preparação (3,75%) e armazenamento (2,50%).

No que diz respeito à cerâmica de cozinha, destaca-se o domínio dos potes/panelas (13 NMI), com maior diversidade de lábios e perfis, conforme constatado em outros contextos urbanos de Lisboa e do seu território (Silva, 2015 a; 2015b; Grilo e Santos, no prelo), em detrimento dos tachos, representados apenas por 2 exemplares. Embora estatisticamente a amostra seja reduzida e apresente pouca fiabilidade face ao escasso número destes últimos, esta representação vai ao encontro do que tem vindo a ser observado em outros contextos da região e do país, como Monte Molião, Lagos, onde as formas do tipo pote/panela são dominantes entre a época Flávia e a primeira metade do século II (Arruda, Viegas, Bargão, 2010). FIG. 14

Cabem neste grupo variantes formais de perfis diversificados: variantes de bordo voltado para o interior e perfil ovalado (Fig. 13, 348) com semelhanças com alguns exemplares identificados entre o conjunto de cerâmica comum do Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo) e cuja morfologia parece recordar formas de cronologia Alto-imperial produzidas nos fornos da Herdade do Pinheiro, no vale do Sado (Mayet e Silva, 1998, p.109, fig 39, 23); variantes de bordo voltado para o exterior com lábio espessado, tendencialmente vertical (Fig. 13, 1866 e 7417) e variantes de “bordo anguloso formando garganta interna” (Pinto, 2003), como o n.º 7320, (Fig. 13) bem reconhecidas em contextos de Lisboa de cronologias cláudio-neronianas e posteriores (Moita, 1968; Silva, 2015b, p. 55-56) e do seu território (Grilo e Santos, neste volume), com produção atestada na *figlina* do Morraçal da Ajuda em Peniche (Cardoso *et alii*, 2014, p. 19, fig. 24, n.º 2, 10, 12 e 13). Os segundos encontram-se igualmente entre as entulheiras da olaria romana de Porto Sabugueiro, Muge, em contextos dos séculos I ou II d.C. (Cardoso *et alii*, 2014; Cardoso, Rodrigues, 1996, fig. 2, n.º 13) e na estratigrafia do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datada do século I ao século III d.C. (Silva, 2007, Est. IX, n.º 24).

O conjunto mais representado corresponde, porém, aos potes/panelas de bordo contracurvado com inflexão interna (Fig. 14, 7400) que se destacam maioritariamente por possuir um quarto superior desenvolvido com espessamento interno do bordo e uma maior ou menor abertura. Em Lisboa encontramos paralelos desta forma nas cerâmicas comuns de produção bética, frequentes em contextos de Tibério a Nero (Silva, 2015a) e em produção lusitana, tal como os exemplares da Rua de S. Mamede, na Rua dos Remédios (Silva, 2015b, p. 60), com cronologias de meados do século I d.C. A produção destas formas em fabricos lusitanos parece desenvolver-se somente a partir desta fase, estando ausente da lixeira Tiberiana de Abul, onde apenas se atestam exemplares de produção meridional hispânica (Mayet, Silva, 2002, p. 45; Silva, 2015b). Não obstante, de um ponto de vista estritamente morfo-tipológico, parece importante salientar a diversidade de perfis desta forma num mesmo momento cronológico, que pode ser observada pela comparação dos exemplares recuperados na Rua de S. Mamede com os exemplares já referidos de contextos coevos. Por outro lado, é igualmente interessante constatar a produção destas formas no vale do Tejo, na olaria



Figura 14
 Sondagem 1,
 Cerâmica comum
 Lusitânia Tejo/Sado.
 SM7400 – pote;
 SM1382 e 2170 –
 tachos; SM8356
 – potinho; SM6900
 – potinho; SM 3380 e
 6950 – bilhas; SM6560,
 3371, 8010 e 4210
 – tigelas; SM3660 –
 prato com decoração
 em guilloché; SM4890
 e 5095 – tampas.

romana da Garrocheira em Benavente (Amaro, Gonçalves, 2016, fig. 8, n.º 29) e na Quinta do Rouxinol entre os finais do século II e os inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p. 83, estampa XXIV), neste último caso já em cronologias posteriores e com nítida distinção dos primeiros pelo perfil menos sinuoso, o bordo menos contracurvado e o colo mais curto, podendo corresponder a modelos evoluídos daquelas formas.

No que respeita aos tachos, a escassa representação da forma não permite grandes considerações, resumindo-se às variantes de lábio dobrado sobre o bordo (Fig. 14, 1382), hegemónicas ao longo da ocupação romana, com produção atestada na região em momentos

posteriores (Santos, 2011). Parece detetar-se, nesta fase, uma tendência para perfis ligeiramente carenados, de menor profundidade e com uma abertura de bordo superior, na senda dos seus congéneres itálicos (Aguarod Otal, 1991, p. 99), por oposição aos protótipos tardios, mais fechados e de maior capacidade. Formas semelhantes contam-se entre os contextos Júlio-Cláudios do NARC (Grilo, no prelo), na Rua dos Remédios (Silva, 2015b, estampa 7, n.º 508, 107) e entre os exemplares em estudo recuperados na intervenção arqueológica realizada no edifício Sede do Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo). Registe-se, porém, que neste último local esta é uma das formas com maior representação.

Ainda no âmbito das cerâmicas de cozinha, a expressão das formas do tipo tampa é também significativa, quer pela sua utilização em diferentes tipos formais, como pela diversidade apresentada, com lábios, simples, voltados para o interior (Fig. 14, 5095) ou bifidos (Fig. 15, 4890).

Na cerâmica de mesa dominam os conjuntos compostos por tigelas, pratos, bilhas e potinhos. As primeiras são as formas mais numerosas, contando-se 13 exemplares, com variantes de perfil hemisférico (Fig. 14, 8010) a par com as já típicas formas de carena baixa. No caso do primeiro grupo, tratam-se de variantes simples e de grande longevidade cronológica, bem documentadas na região olisiponense (Nolen, 1988, Estampa VI, n.º 23 e Estampa VII, n.º 28; Cardoso, 2012, estampa X, n.ºs 3-5) em cronologias do Alto e do Baixo império, embora correspondam a formas com maior expressão nos contextos alto-imperiais do sul da Lusitânia (Pinto, 2003, p. 221-225).

Já as segundas representam um grupo com alguma relevância no quadro actual do conhecimento tipo-cronológico das cerâmicas comuns da região, uma vez que correspondem a reproduções de formas de *sigillata* itálica, mais concretamente a forma *Consp. 7*, e estão bem documentadas na área urbana e no território de *Olisipo* em contextos tardo-republicanos e Júlio-Cláudios (Bugalhão *et alii*; Pimenta, 2013, p. 73; Silva, 2015a; Silva, 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015; Pimenta, Soria, Mendes, 2014; Grilo e Santos, neste volume). Na Rua de S. Mamede, à semelhança de boa parte destes contextos, estas formas estão representadas tanto em fabricos oxidantes como redutores, na designada “cerâmica cinzenta” (Fig. 14, 3371, 6560), com pastas de texturas finas a médias e acabamentos cuidados, tratando-se de formas coadunadas ao consumo individual de mesa, nomeadamente de líquidos.

Entre o conjunto de mesa encontramos ainda exemplares de bilhas (5 NMI) nas variantes de bordo direito (Fig. 15, 3380) e bordo ligeiramente voltado para o exterior (Fig. 15, 6950), esta última muito semelhante a modelos de cronologia Alto-imperial da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira (Grilo e Santos, no prelo); potinhos, na sua maioria de perfil contracurvado (Fig. 13, 8356) e pratos de bordo direito simples. Regista-se igualmente um exemplar de fundo anelar e perfil carenado, com decoração em *guilhoché* na superfície externa, de inspiração nos protótipos formais das *sigillatas* de tipo itálico (Fig. 15, 3660).

As categorias funcionais de preparação e armazenamento estão representadas por 5 indivíduos: 3 abas horizontais de alguidares (não ilustradas) e 2 talhas, respectivamente. Se estas últimas correspondem a uma função particular e bem definida, os primeiros poderão ter cumprido diversas funções, quer no âmbito da preparação e confecção alimentares, como em outras valências, entre as quais a higiene. Formas semelhantes de bordo em aba possuem produção atestada na região em momentos posteriores (Santos, 2011), devendo esta iniciar-se em momentos alto-imperiais, em função de realidades contextuais como as da Rua de S. Mamede e de outros locais de cronologias alto-imperiais como o NARC (Grilo, no prelo) ou o Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo), e, se atendermos à sua representação nos repertórios oleiros do sul de Portugal, pelo menos, desde época augustana (Pinto e Schmitt, 2010, p. 265).

Em função das realidades expostas, é possível constatar diferentes âmbitos cronológicos nos contextos da sondagem 1, particularmente no quadro das importações de *sigillata*, não apenas entre as respectivas produções, como nas associações de tipos no seio de cada produção.

No caso das produções itálicas este dado é particularmente significativo, constatando-se, nas mesmas realidades estratigráficas, a associação de formas de cronologia augusto-tiberiana (*Conspectus* 4, 12 ou 18) com modelos de cronologias ligeiramente mais avançadas (*Conspectus* 22, 23, 31 ou 32). Ainda que algumas destas formas possuam um período de produção alargado, podendo, portanto, incorporar contextos já de meados do século I d.C., associações semelhantes estão documentadas em outros contextos urbanos com claras analogias com a Rua de São Mamede: na sequência de descarte da Rua dos Remédios, onde se constata a pervivência de formas augustanas em contextos de Cláudio (Silva, 2015b) ou na fossa [9033] da Praça da Figueira, datada de Nero, onde se recolheu um *skyphos* da forma *Conspectus* 38.1 (Silva, 2015a; Silva, Nozes e Miranda, 2015), embora neste último caso, a presença desta forma decorada possa justificar outras leituras (Silva, Nozes e Miranda, 2015). Não obstante, parece observar-se em Lisboa, um nível de residualidade significativa, também constatado nos contextos da Rua das Pedras Negras ou no Palácio dos Condes de Penafiel, que pode ser explicado pelo tipo de realidades arqueológicas identificadas e publicadas, que, para esta fase, correspondem essencialmente a contextos de amortização e planeamento construtivo que incorporam remobilizações de materiais.

Ainda no que diz respeito às cerâmicas finas, a imagem fornecida pela maioria das importações sudgálicas consolida o enquadramento num momento inicial destas importações, quer pelas associações de tipos evidenciadas, como pela ausência de formas associadas à chamada fase Flávia desta produção, nomeadamente as Drag 35 e 36. Ainda assim, a leitura das marcas, 8 das quais oriundas de uma mesma realidade estratigráfica, a U.E. [115], assim como a presença das importações hispânicas, uma das quais uma forma decorada, obrigam a um alargamento do âmbito cronológico deste contexto aos inícios dessa fase. No mesmo sentido apontam os dados dos conjuntos de paredes finas e lucernas, particularmente estas últimas, com tipos temporalmente enquadrados em cronologias da segunda metade do século I. d.C. (Dr.-Lamb. 20).

Em definitivo, a componente artefactual da sondagem 1 é muito próxima de alguns conjuntos já identificados em Lisboa, na área da colina, classificados como *fácies* cerâmicos dos finais de época Júlio-Claudia (Silva, 2015a). Este repertório é composto maioritariamente por importações de *sigillata* da Gália, invariavelmente acompanhadas de exemplares itálicos, alguns dos quais mais antigos, e pela ausência de produções hispânicas. Do mesmo constam ânforas, paredes finas e lucernas maioritariamente béticas, assim como alguma cerâmica comum importada de origem bética com um repertório circunscrito, a par de cerâmicas de produção local e regional datadas de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015a; 2015b) e pode ser observado nos contextos da fossa [9033] da praça da Figueira; da Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes *et alii*, 2011; Silva, 2012), da Rua dos Remédios (Silva, 2015b) ou da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Silva, 2013). Embora subsistam algumas diferenças no conjunto da sondagem 1, nomeadamente no que toca ao domínio das importações itálicas e à presença de (escassas) produções hispânicas que aproximam estas realidades ao período Flavio, os restantes materiais inscrevem-se num padrão semelhante: *terra sigillata* gálica maioritariamente Cláudio-Neroniana, paredes finas enquadráveis na mesma fase e associações anfóricas não posteriores a 50-60 d.C.

4.1.3. Ânforas

O conjunto de ânforas recolhidas na intervenção da Rua de São Mamede é constituído por 106 fragmentos de bordos, fundos e asas, equivalendo a um Número Mínimo de 59 Indivíduos. Apesar de ser uma amostra que podemos considerar reduzida e de escassa fiabilidade estatística, apresenta, ainda assim, alguma diversidade no que se refere às tipologias e regiões de proveniência, abrangendo um arco cronológico que se estende da segunda metade do séc. II a.C. até aos finais do séc. II/inícios do III d.C., e, simultaneamente, uma significativa e relevante homogeneidade dentro dos subconjuntos correspondentes aos contextos e faseamento definidos estratigraficamente.

Em função do que até ao momento se teve oportunidade de expor e comentar *supra*, não há dúvidas que dentro do âmbito cronológico abarcado pela evidência material das duas sondagens da Rua de São Mamede, os contentores tardo-republicanos identificados são claramente residuais, representando 12% do conjunto global, correspondendo os pertencentes aos momentos Alto-Imperiais a 80% e os indeterminados a 8%. Igualmente significativo para a leitura do conjunto, e testemunho da coerência e fiabilidade estratigráfica das associações de tipos documentadas, é a inexistência de formas cujos parâmetros máximos do fabrico se devam estender para lá da última década do séc. II d.C./inícios do III.

Ainda em relação aos tipos republicanos e à sua presença residual em contextos cronologicamente posteriores, neste caso da segunda metade do séc. I e primeiro quartel do II d.C., deve-se referir que tal é uma constante no registo arqueológico de Lisboa, observando-se sistematicamente e de uma forma diacronicamente transversal um nível de residualidade que, de certo modo, se pode considerar significativo. Em Lisboa, e um pouco à imagem do restante ocidente mediterrânico, os contentores republicanos mais representados nos diversos conjuntos conhecidos são constituídos pelas ânforas vinárias itálicas (Greco-Itálicas e Dressel 1) e pelas piscícolas da costa meridional da Ulterior (sobretudo T-7.4.3.3. / Maña C2b), surgindo igualmente, ainda que em menores proporções, ânforas itálicas do tipo Lamboglia 2, ovóides da Itália meridional (Brindisi), do Norte de África (“Africana Antiga”) e também da região interior da Ulterior, concretamente do Vale do Guadalquivir (Ovóide 1/ Classe 67), ou ainda imitações dos tipos vinários itálicos produzidos nesta última província.

Situação idêntica à da Rua de São Mamede foi já documentada em diversos outros locais da cidade, nomeadamente: na Casa dos Bicos, onde se registou a existência de Dressel 1 em contextos pós romanos (Filipe *et alii*, 2016); no Teatro Romano, onde se recolheu um importante conjunto de ânforas republicanas em aterros realizados durante o início e mea-

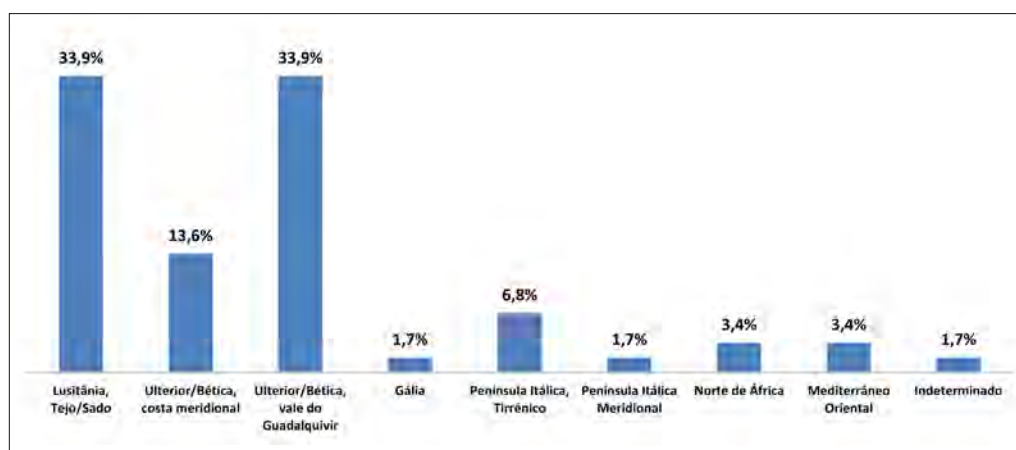


Figura 15
Ânforas. Valores das distintas áreas de proveniência identificadas (conjunto total).

dos do séc. I d.C. (Filipe, 2015); na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2003); na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce e Filipe, no prelo); na Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008); na Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Silva, 2014); e, talvez, na Rua dos Correiros (Bugalhão *et alii*, 2013). FIG. 15

Analisando-se de forma global o conjunto, mas considerando-se unicamente as ânforas contextualizadas (isto é, excluindo-se os tipos residuais e os indeterminados quanto à proveniência/tipo), compreendidas dentro da baliza crono-estratigráfica definida entre os meados I d. C. / início do segundo quartel II d.C., a amostra de 47 NMI evidencia uma maior representatividade dos produtos importados da Bética (51%), que não só suplantam as produções da Lusitânia (40%), como por si só constituem algo mais que metade da amostra. Tendo em conta a cronologia dos contextos em causa, esta proporção entre ânforas béticas e lusitanas poderia considerar-se à primeira vista algo anómala, já que a partir de meados do século I d.C., e como aliás seria de esperar, os padrões de consumo são habitualmente dominados pelas produções provinciais. Tal é verificável, por exemplo, na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013, p. 742) ou na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), onde, curiosamente, o número de contentores Alto-Imperiais é similar ao da Rua de São Mamede (47 NMI). Contudo, esta leitura, que está longe de ser simples e linear, deve ser relativizada em função dos sub-conjuntos provenientes de cada uma das sondagens e dos períodos específicos aos quais se reportam, tal como teremos oportunidade de explicar mais adiante. FIG. 16

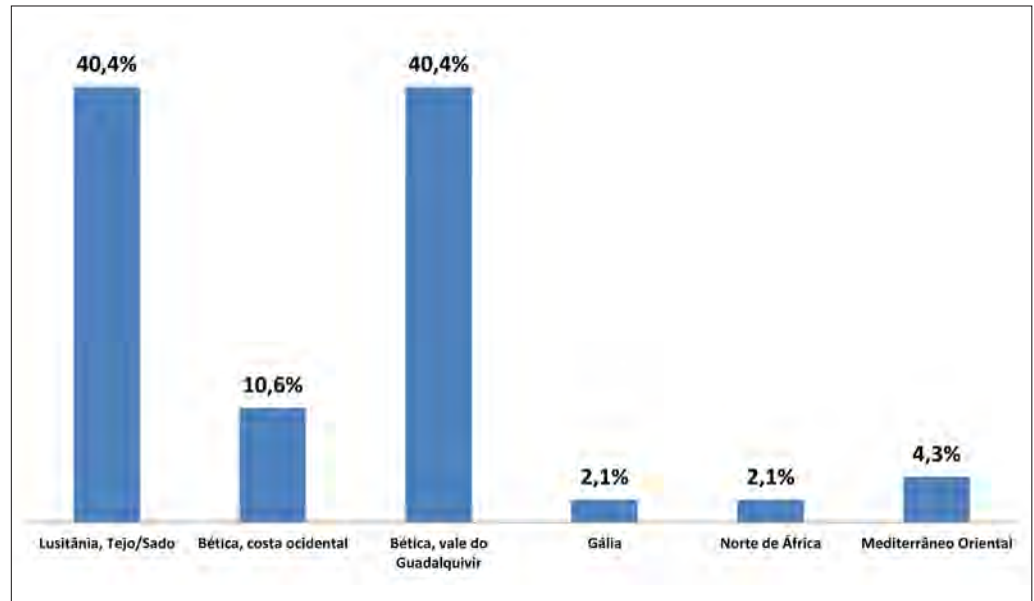
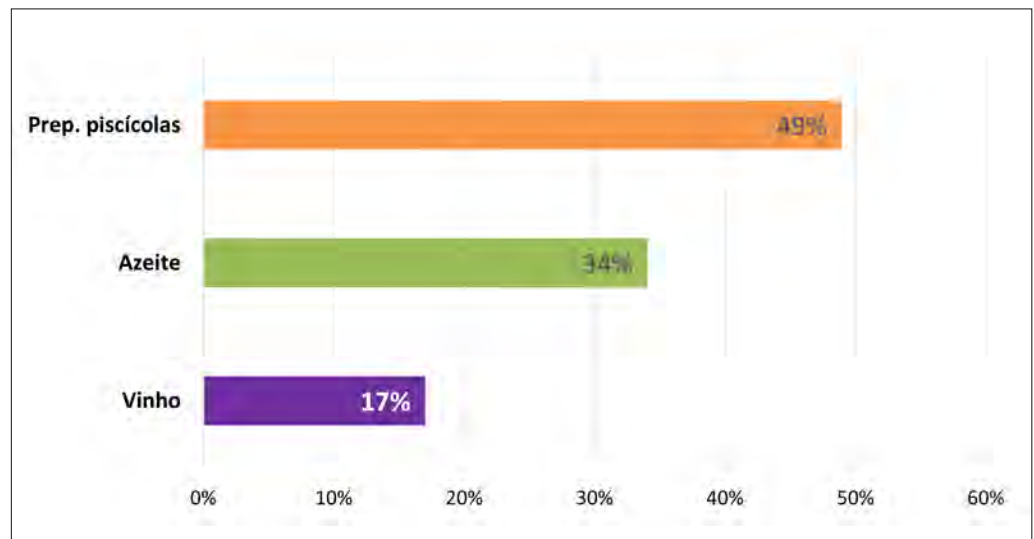


Figura 16
Valores das distintas áreas de proveniência identificadas (conjunto c. 60-125 d.C.).

Para além dos produtos oriundos da Bética, e no que se refere ainda às importações extra-provinciais, estão também presentes produtos do Norte de África, Gália e Mediterrâneo Oriental, embora todos com percentagens relativamente baixas, com excepção dos primeiros.

Relativamente aos alimentos transportados, destacam-se os preparados piscícolas, que representam praticamente metade da amostra (49%), seguidos do azeite (34%) e do vinho (16,3%), surpreendendo, desde logo, o facto de tão grande diferença entre o consumo de vinho e os restantes produtos, designadamente o azeite. FIG. 17

Figura 17
Valores dos conteúdos
identificados
(conjunto c. 60-125
d.C.).



No que se refere concretamente à Sondagem 1, a informação passível de ser extraída é bastante reduzida relativamente a uma leitura estatística/económica, dado o escasso número de exemplares recuperados. Ainda assim, são possíveis algumas considerações, que entendemos serem pertinentes, sobretudo de carácter tipológico e cronológico com respeito a alguns dos fragmentos.

Foram classificados e contabilizados apenas 8 fragmentos (somente 4% de toda a cerâmica – v. Tabelas 2 e 3), que correspondem a um número mínimo de 7 indivíduos (NMI). Destes, 3 eram residuais, concretamente um fragmento de bordo de uma ânfora T-7.4.3.3. (Maña C2b) da região sudoeste da Ulterior e muito provavelmente da área da baía de Cádiz, um bordo atribuível a uma Greco-italica de produção campano-lacial e ainda um arranque de asa de fabrico similar, atribuível também a este tipo ou a uma Dressel 1. A ocorrência destes tipos não surpreende em contextos de cronologia tão avançada, já que, tal como se referiu, ao serem dos tipos mais importantes e melhor representados no *facies* tardo-republicano de Lisboa entre a segunda metade do II e a primeira do I a. C., a sua remobilização e presença em contextos de cronologia posterior é uma constante.

Mais reveladora é a associação de tipos béticos identificada, tanto da costa como do Vale do Guadalquivir, com maior interesse para a dos segundos (v. Fig. 18, Tabelas 2 e 3), destacando, pela ausência, qualquer fragmento de produção lusitana. No que diz respeito às produções típicas das olarias da costa bética, maiormente vinculadas à área de influência da Baía de Cádiz, constam unicamente 2 bordos muito fragmentados, genericamente atribuíveis aos tipos 7 a 11 de Dressel, e talvez aos tipos 9, 10 ou 11. Sem que sejam possíveis maiores precisões tipológicas, pode-se afirmar com bastante segurança que estamos perante exemplares enquadráveis, pelo menos, na primeira metade do século I d. C., senão mesmo no quartel subsequente.

Quanto aos do Vale do Guadalquivir, contam-se 2 fragmentos pertencentes a tipos oleários Dressel 20 e outro do tipo Haltern 70 (v. Fig. 18, Tabelas 2 e 3), tipo frequentemente relacionado com o transporte dos afamados vinhos e de outros conteúdos vitivinícolas da Bética. No caso do primeiro tipo, a bem estudada evolução e detalhado conhecimento dos seus principais atributos morfológicos, são os aspectos que nos permitem atribuir o fragmento de bordo n.º SN1 ao período júlio-cláudio, concretamente a um momento inicial da produção do tipo Dressel 20, em torno às décadas dos 30-40 d.C., ou porventura a alguns

anos antes, concretamente uma ou duas décadas (Martin-Kilcher, 1987; Berni Millet, 1998; Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016). Perante este último cenário hipotético, poderia ser atribuído ao tipo Haltern 71 (Martin-Kilcher, 1987; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2012, p. 238-242; González Cesteros, García Vargas, Almeida, 2016), também designado por oleário B por P. Berni Millet (1998, p. 28-29), o tipo que tem vindo a ser considerado como predecessor da Dressel 20, produzido entre a viragem da Era e o final do principado de Tibério, razão que leva vários investigadores, com alguma lógica, a denominá-lo por “Dr.20 arcaica”. Considerando esta última possibilidade, tratar-se-ia, naturalmente, de outro caso de exemplar de ânfora mais antigo que teria sido remobilizado em contextos posteriores... Contudo, ante a ausência de outros detalhes morfológicos (colo, asas ou parte do corpo), parece-nos mais prudente avançar apenas com a sua datação mais recente.

Menos problemática é a atribuição cronológica da asa n.º 6781 (Figura 18), com a marca QATI *vel* QTAI – |QA[^]TI ((palma))| *vel* |QT[^]AI ((palma))| – recentemente publicada (Fabião *et alii*, 2016, n.º 23). O perfil em forma de quarto de círculo, com a secção sub-circular com nervura na parte superior, rematada com uma profunda prega/depressão na sua parte superior na ligação com o colo, e marca estampada de forma lateral também na área mais próxima do colo, são os elementos característicos das asas de época Júlio-cláudia / inícios da flávia (50-80 d.C.) (Ehmig, 2003; Berni Millet, 2008, p. 59-60 e Fig. 32). A própria marca corrobora esta cronologia, conhecendo-se um paralelo em Augst, datado entre 30-70 d. C. (Martin-Kilcher, 1987: 100-1, ST 17 (1197); Fabião *et alii*, 2016, p. 38). FIG. 18

No que diz respeito ao segundo tipo, a Haltern 70, a sua evolução morfológica também se encontra actualmente bem estudada, embora apresente outro tipo de problemas, nomeadamente uma assumida variabilidade (Martin-Kilcher, 1994; Baudoux, 1996; Carreras Monfort, 2003; Carreras Monfort *et alii*, 2004; Berni Millet, 2011; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2012; Carreras Monfort e Berni Millet 2016). As características morfológicas do fragmento n.º 3720 – maior longitude e maior exvasamento do bordo e com perfil ligeiramente mais “atrompetado”, em relação ao período augustano, com ressalto suave ou sem ressalto na parte inferior externa do bordo, na transição para o colo – são compatíveis



Figura 18
Sondagem 1,
Ânforas. Bética, costa
ocidental: SM0001 –
Dressel 7-11. Bética,
Vale do Guadalquivir:
SM7320 – Haltern 70
Cláudio-neroniana;
SMsn1 – Haltern 71
/ Dressel 20 Júlio-
cláudia; SM6781 – asa
de Dressel 20 Júlio-
cláudia com marca
QATI *vel* QTAI.

com as definidas para os exemplares de época cláudio-neroniana / início da flávia (50-80 d. C.), com os seus melhores paralelos nos naufrágios de Port-Vendres II (Colls *et alii*, 1977), Tour Saint-Marie (Laubenheimer, 1998) ou Ardenza (Bargagliotti, 2001), ou em sítios terrestres como os depósitos de Saint-Just (Bértrand, 1992) ou Bas-de-Loyasse (Dangreux, Desbat, 1988), para referir apenas alguns dos mais conhecidos.

Em função do exposto, consideramos que o pequeno sub-conjunto de ânforas da Sondagem 1 deve ser datado num momento avançado da dinastia Júlio Cláudia, em torno a 40-60 d.C., e a sua incorporação no registo arqueológico, em momento coetâneo ou ligeiramente posterior, não devendo ultrapassar a década dos 80 d.C.

Tabela 3 Quantificação detalhada da Sondagem 1, por categorias e tipos cerâmicos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI	% TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	1	1	7	4,2%
		Dressel 7-11	2	2		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Halter 71/Dressel 20 (júlio-cláudia)	1	1		
		Dressel 20 (júlio-cláudia/flávia)	1	1		
		Halter 70 (cláudia)	1	1		
	Península itálica	Greco-Itálica	1	1		
Indeterminado		1	0			
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 4	1	1	25	14,9%
		Conspectus 12	2	2		
		Conspectus 18	2	2		
		Conspectus 22	2	2		
		Conspectus 23	3	2		
		Conspectus 27	1	1		
		Conspectus 31	4	3		
		Conspectus 37	1	1		
		Conspectus 50	1	1		
		Indeterminados Lisos	36	7		
		Conspectus R5	1	1		
		Indeterminados Decorados	2	2		
	Marcas	2	0			
	TSSG	Ritt 5	1	1	12	7,14%
		Ritt 8	1	1		
		Drag 15/17	5	3		
		Drag 24/25	3	2		
		Indeterminados	13	5		
		Marcas	8	0		
TSH	Indeterminados Lisos	3	1	2	1,19%	
	Indeterminados Decorados	1	1			

Paredes Finas	Mayet 8	1	1	9	5,36%	
	Mayet 21	1	1			
	Mayet 34	1	1			
	Mayet 37	3	3			
	Indeterminados	14	3			
Lucernas	Volutas	4	4	12	7,14%	
	Disco	4	4			
	Indeterminados	18	7			
Cerâmica Comum	Cerâmica comum itálica	EV Pomp (Campania)	4	1	4	2,38%
		Unguentario	3	3		
	Cerâmica comum bética (Guadalquivir)	Almofariz	1	1	7	4,17%
		Tigela	3	3		
		Opercula	3	3		
	Cerâmica comum bética (Costa Ocid.)	Potinho	1	1	10	5,95%
		Tigela	2	2		
		Panela	2	1		
		Opercula	6	6		
	Cerâmica comum lusitana (Tejo/Sado)	Prato	5	4	80	47,62%
		Tigela	16	13		
		Alguidar	3	3		
		Tacho	2	2		
		Pote/panela	18	12		
Potinho		17	10			
Bilha		5	5			
Talha		2	2			
Tampa		26	24			
Opercula		3	3			
Indeterminados		13	2			
Total		279	168	168	100,00%	

4.2. Sondagem 2

Os contextos de época romana da sondagem 2 demonstram uma realidade artefactual com diferenças consideráveis no seio das respetivas categorias cerâmicas, que, do ponto de vista cronológico, desenha um intervalo temporal algo mais dilatado que o observado na sondagem 1, centrado entre o último quartel do séc. I e os inícios do 2.º quartel do séc. II d.C., permitindo uma datação ligeiramente posterior em relação aos contextos daquela sondagem (v. Tabelas 3 e 5).

Além de uma maior representação global de todas as categorias cerâmicas, a amostra no seio de cada uma destas é mais representativa, em especial no conjunto anfórico, permitindo uma leitura mais consubstanciada.

Tabela 4 Quantificação sintética por categorias cerâmicas da Sondagem 2.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	43	20	5,8%	52	15%
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	12	5	1,4%		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	31	17	4,9%		
	Gália	1	1	0,3%		
	Península itálica	4	4	1,2%		
	Norte de África	2	2	0,6%		
	Med. Oriental	4	2	0,6%		
	Indeterminada	1	1	0,3%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	10	5	1,4%	64	18%
	TSI Tardo - it	1	1	0,3%		
	TSSG	114	44	12,7%		
	TSHp	4	2	0,6%		
	TSH	25	12	3,5%		
Paredes Finas		13	7	2,0%	7	2,0%
Lucernas		32	13	3,8%	13	3,8%
Cerâmica Comum	Itálica	9	5	1,4%	210	60,7%
	Bética (Guadalquivir)	10	7	2,0%		
	Bética (costa ocidental)	26	16	4,6%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	279	182	52,6%		
Total		621	346	100%	346	100%

4.2.1. Cerâmicas Finas e lucernas

Relativamente à sondagem 2, o conjunto de *terra sigillata* exibe uma maior paridade quando confrontado com outras categorias cerâmicas (v. Tabelas 4 e 5) auferindo 18% da amostra total, com base em 154 fragmentos e 64 indivíduos.

O domínio recai agora nas importações do sul da Gália com cerca de 68,75%, e nas importações hispânicas com 18,75%, por oposição à *terra sigillata* itálica, aqui representada apenas por 7,81%. Estão igualmente presentes importações tardo-itálicas da região padana com cerca de 1,56%, também identificadas em contextos da Praça da Figueira (Bolila, 2011; Silva, 2012), nas Termas dos Cássios e na Rua Augusta, na intervenção efectuada na Zara (Silva, 2012), assim como *sigillata* hispânica precoce do tipo Peñafior com 3,13%. Mais uma vez se denota a ausência de produções africanas nos estratos de cronologia romana.

À semelhança da sondagem 1, os modelos itálicos registam as formas *Consp.* 21 (Fig. 19, 6778), *Consp.* 22 (Fig. 19, 1213), *Consp.* 23 e *Consp.* 27 (Fig. 19, 7124), sempre em fraca proporção (v. tabela 5), cabendo também sublinhar a presença de um exemplar tardo-itálico *Consp.* 39 (Fig. 19, 3597) com cronologias da segunda metade do século I a meados do século II d.C. (Conspectus, p.120), uma situação já documentada em outros contextos da cidade (Silva, 2012). FIG. 19

As produções do sul da Gália totalizam 44 indivíduos, com um vasto repertório que cobre os inícios das importações até momentos mais avançados (v. Tabela 5), dominado pela taça Drag 27 (Fig. 19, 4795 e 5330; Fig. 20, 4795, 6205, 6209) de lábio simples e perolado, na sua maioria sem guilhoché e com perfis mais pesados, seguido pela Drag 24/25 (Fig. 20, 6213 e

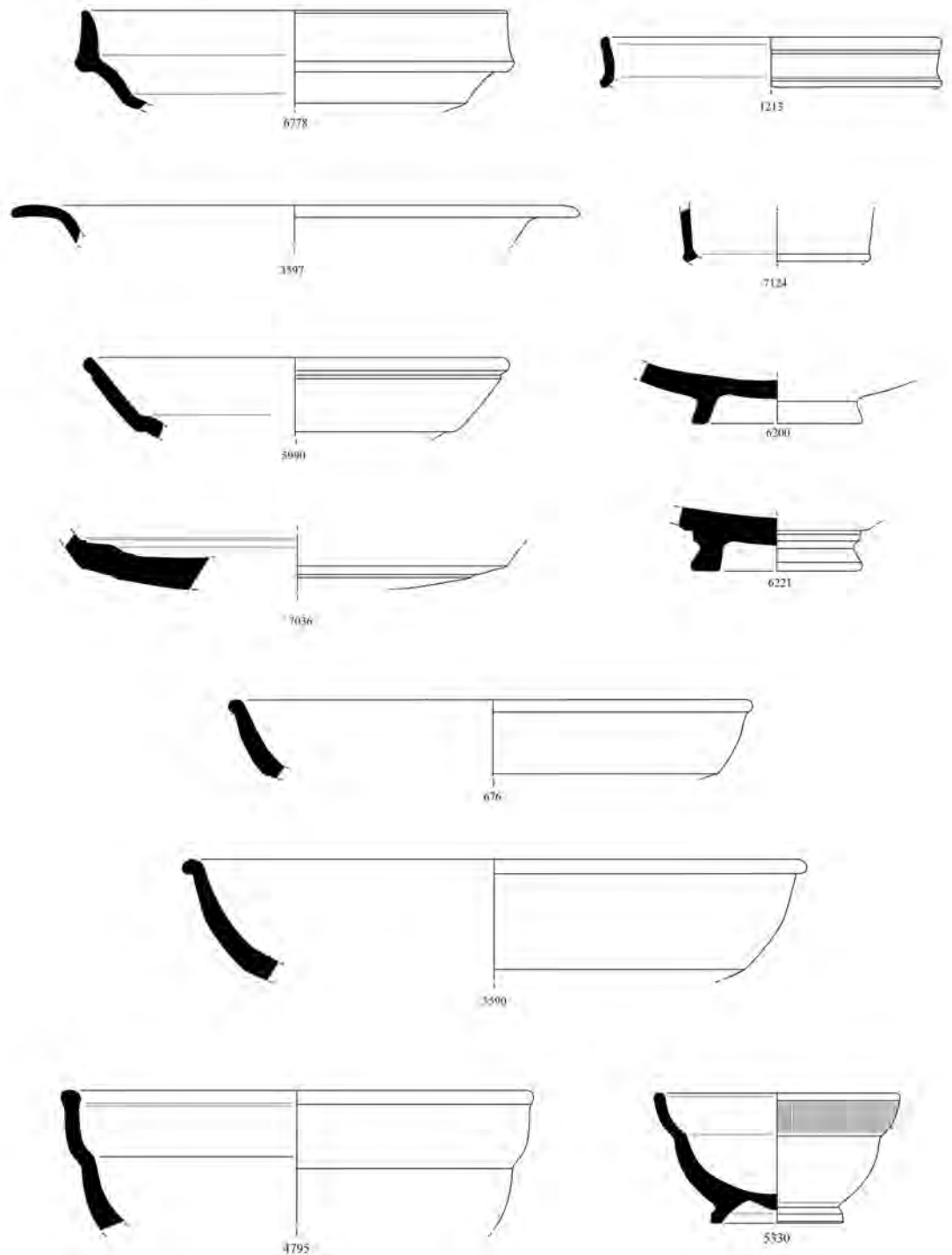


Figura 19
 Sondagem 2,
 Cerâmicas finas.
 SM6778 – TSI
 Conspectus 21;
 SM1213 – TSI
 Conspectus 22;
 SM3597 – TSI
 tardo-it Conspectus
 39; SM7124 – TSI
 Conspectus 27; SM
 5990 e 7036 – TSSG
 Drag 15/17; SM6200
 e 6221 – TSSG fundos;
 SM676 e 3590 – TSSG
 Drag 18; SM4795 e
 5330 – TSSG Drag 27.

7037) e a Drag 33 (Fig. 20, 6180). Em menor quantidade, registam-se os pratos Drag 15/17 (Fig. 19, 5990 e 7036) e Drag 18 (Fig. 19, 676 e 3590), assim como um exemplar da forma fechada Dechelette 67 (Fig. 20, 7030). Observa-se igualmente a presença dos repertórios Flávios nas formas Drag 35 e 36, (Fig. 20, 5994 e 6190) no exemplar de Drag 37 (Fig. 20, 6040), estando representados outros fragmentos com decoração (Fig. 20, 6186). FIG. 20

Como já foi sublinhado, a *terra sigillata* hispânica precoce está representada de forma exclusiva pelo prato Martinez IIII (Fig. 21, 1559 e 1952) presente de forma quase residual, com 2 indivíduos, correspondendo a 0,6% da categoria. O repertório hispânico é igualmente limitado, embora em quantidades superiores quando comparado com os valores da sondagem 1, com 12 indivíduos, cerca de 3,5% do conjunto de *terra sigillata*, representado pelos pratos da forma Drag 15/17 de perfil avançado (Fig. 21, 5331) e fragmentos de bordo da forma decorada Drag 37.

No tocante às paredes finas registam-se 7 indivíduos, 2% do conjunto global, um valor menor quando comparado com a sondagem 1, o que poderá ser explicado pela rarefacção destas formas nos contextos de Lisboa a partir de época Flávia. Embora o conjunto continue dominado por produções da região da bética, onde se destaca um exemplar da forma Mayet 37, (Fig. 21, 268) estão igualmente representadas produções lusitanas da capital provincial: uma possível forma Mayet 42 (Fig. 21, 6169) e a forma Mayet 53 (Fig. 21, 2032), cujas cronologias de produção estão hoje centradas na segunda metade do século I e princípios do século II (Bustamante Álvarez, 2011b, p. 170). Embora menos representadas, formas semelhantes contam-se entre os espólios da fase Julio-Cláudia do NARC (Grilo, no prelo); na fossa [9033] da Praça da Figueira (Silva, 2015a), na Casa dos Bicos, em estratos já de cronologia Baixo-imperial (Filipe *et alii*, 2016) ou no território rural, em *villae* como o Alto do Cidreira, Cascais (Nolen, 1988, est. II, PF 3). À semelhança do observado na sondagem 1, elementos residuais de tradição republicana integram também o conjunto, representados pelo tipo Mayet 8 de produção itálica (Fig. 21, 5926).

Quanto às lucernas o conjunto encontra-se, uma vez mais, muito fragmentado sem possibilidade de classificação morfológica, sendo exclusivamente de origem bética. Contam-se 13 indivíduos, com maior ocorrência de exemplares de disco, 2 dos quais da forma Dr.-Lamb. 20 (Fig. 21, 5657), identificados pela presença dos característicos orifícios junto do bico. Elementos de volutas estão também representados, salientando-se um exemplar de bico triangular enquadrável no tipo Dr.-Lamb. 9A (não ilustrado), assim como um fundo de produção emeritense, resultante de uma sobremoldagem com uma marca em dupla *planta pedis* anepígrafa (Fig. 21, 5640). Esta é uma marca cuja cronologia deverá centrar-se, na esteira da difusão dos exemplares emeritenses, entre a segunda metade do século I e os finais do século II (Rodríguez Martín, 2003), amplamente difundida na península ibérica e na capital provincial, sugerindo a hipótese de aí se localizar uma sucursal autorizada da *figlina* principal (Rodríguez Martín, 2003; 2005, p. 97). FIG. 21

4.2.2. Cerâmica comum

No âmbito das produções de cerâmica comum (v. Tabelas 4 e 5) estão igualmente presentes formas importadas e de origem local e regional, estas últimas largamente dominantes, cuja representação, à semelhança da sondagem 1, corresponde a 52,6%, mais de metade do conjunto global exumado naqueles contextos.

No que respeita às importações itálicas (1,4%), registaram-se 3 exemplares de engobe vermelho, entre os quais um fragmento da forma 28 da tipologia de Lattara, cronologica-

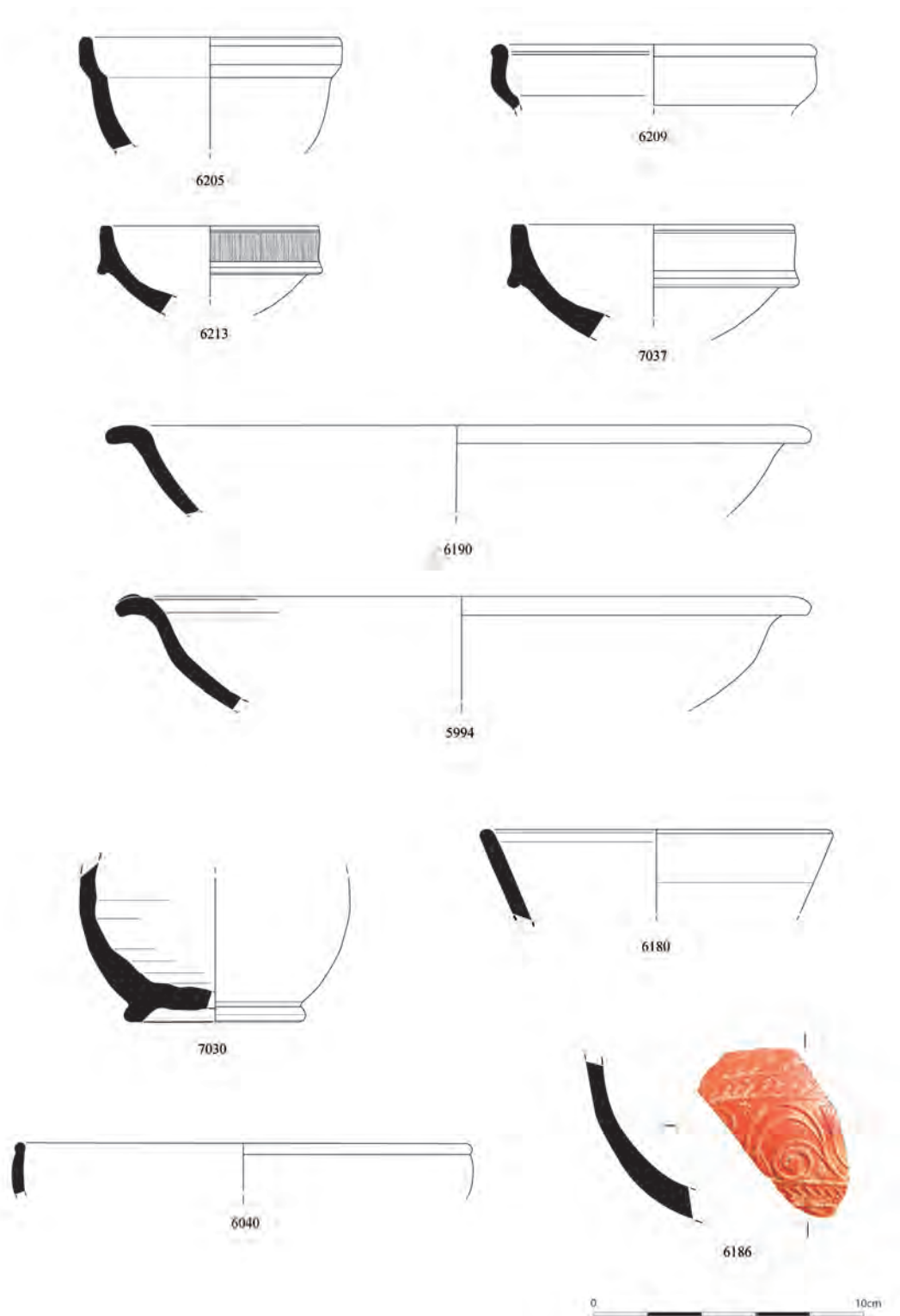


Figura 20
Sondagem 2,
Cerâmicas finas.
SM6205 e 6209
-TSSG Drag 27; SM621
e 7037 – TSSG Drag
24/25; SM6190 e
5994 – TSSG Drag
36; SM7030 – TSSG
Dech.67; SM6180 –
tssg Drag 33; SM6040
– TSSG Drag 37;
SM6186 – TSSG frag.
Com decoração.

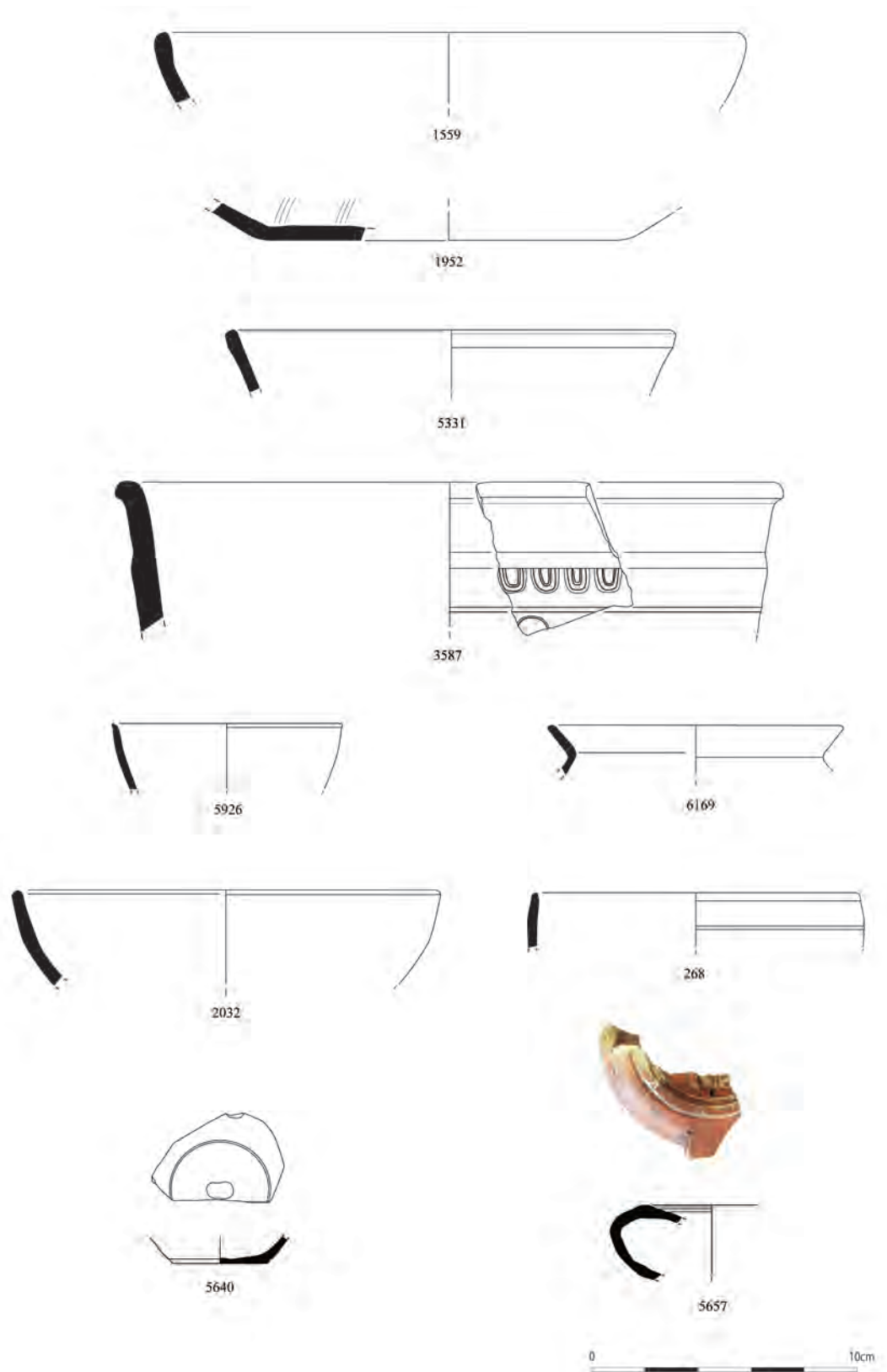


Figura 21
 Sondagem 2,
 Cerâmicas finas.
 SM1559 e SM1952
 – TSHp Martínez III;
 SM5331 – TSH Drag
 15/17; SM3587 – TSH
 Drag 37; SM5926
 – Par fin Mayet 3;
 SM268 – Par Fin
 Mayet 37; SM6169
 – Par fin Mayet 42;
 SM2032; SM5640 –
 Lucerna bética com
 marca *in planta pedis*
 anepígrafa; SM5657
 – Lucerna bética
 Dr-Lamb 20;

mente enquadrável entre 40-60 d.C. (Passelac, 1993, p. 547) e um exemplar de um almofariz de produção centro-italica do tipo Dramont D2 (Fig. 22, 2868).

Este último reveste-se de maior interesse para a caracterização crono-estratigráfica destes contextos, já que em Lisboa e no seu território estas formas, cuja cronologia de produção se centra entre o século I a.C. e o século II d.C. (Aguarod Otal, 1991) surgem fundamentalmente associadas a contextos já de fase imperial (Silva, 2015b; 2015c, p.8; Rocha *et. alii*, 2013, p. 1012; Grilo e Santos, no prelo). O exemplar da Rua de S. Mamede, que dadas as suas características e dimensões, terá possuído alguma longevidade, integra a fase III de Aguarod, centrada entre os finais do principado de Cláudio e dos Flávios e os primeiros Antoninos (Aguarod Otal, 1991, p. 141) e corresponde ao padrão de importações destes artefactos observado na cidade, nomeadamente entre o conjunto dos almofarizes deste tipo oriundos das escavações do Banco de Portugal, cuja datação está bem estabelecida, tanto pela tipologia como pela epigrafia (Rocha, 2016).

A representação das mesmas no território nacional tem vindo a ser classificada como escassa, o que parece corresponder a uma leitura que se deve essencialmente à ausência de dados publicados, já que importações deste tipo estão atestadas em Conimbriga, em níveis de época Flávia e Trajânica (Alarcão, 1976, p. 75), Braga (Morais, 2004), Santarém, em contextos do século I d.C. (Arruda e Viegas, 2004, p. 342) e, fundamentalmente em Lisboa e no seu território.

Quanto às importações da Bética, mantêm um padrão semelhante ao observado na sondagem 1, auferindo uma representação de cerca de 6,6%, dominadas pelas produções da região meridional, com 16 exemplares, correspondendo a 4,6% da categoria. Entre estas, destacam-se os potinhos de bordo contracurvado (Fig. 24, 4174 e 4794), tigelas hemisféricas, pote/panelas de bordo contracurvado e inflectido internamente, bilhas ou garrafas (Fig. 24, 2200, 7014) e *opercula*. Por seu turno, entre as produções do vale do Guadalquivir, que representam 2,02% da categoria, o destaque é dado às bilhas, tigelas, (Fig. 24, 7680) potinhos, representados por fundos, (Fig. 25, 4177) e às formas mais populares, os almofarizes, integrados na proposta tipo-cronológica estabelecida por José Carlos Quaresma (2006). O n.º 8190 (Fig. 22) apresenta um bordo em martelo, atribuível à segunda metade do século I d.C. e os exemplares 4165 e 7850 (Fig. 22) integram o grupo dos almofarizes de bordo arredondado, com uma cronologia que se inicia em meados do século I e que se prolonga pelo século II (Quaresma, 2006). [FIG. 22](#)

O conjunto de cerâmica comum de produção local e regional recolhida na sequência estratigráfica na Sondagem 2 revelou ser mais numeroso e diversificado que na Sondagem 1, contabilizando-se 279 fragmentos e um número mínimo de 182 indivíduos. A maioria corresponde a produções de conformação exclusiva a torno, divididas entre as formas de cozinha e de mesa ou serviço, que mantêm genericamente os mesmos valores e ordem de importância observada na sondagem 1: cerâmica de cozinha, com 54,40% (tachos, potes/panelas e tampas); cerâmica de mesa e serviço com 40,66% (pratos, tigelas, jarros, bilhas e potinhos) e cerâmica de preparação com 4,95% (alguidares e cântaros).

A cerâmica de cozinha constitui mais de metade da amostra, sendo este um dado adquirido não apenas na Rua de S. Mamede como também em boa parte dos contextos conhecidos de cerâmica comum da região, tanto do Alto como do Baixo império: NARC (Grilo, no prelo), Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo), na *villa* romana de Povos, em Vila Franca de Xira (Grilo e Santos, neste volume) e na *villa* do Alto do Cidreira (Nolen, 1988).

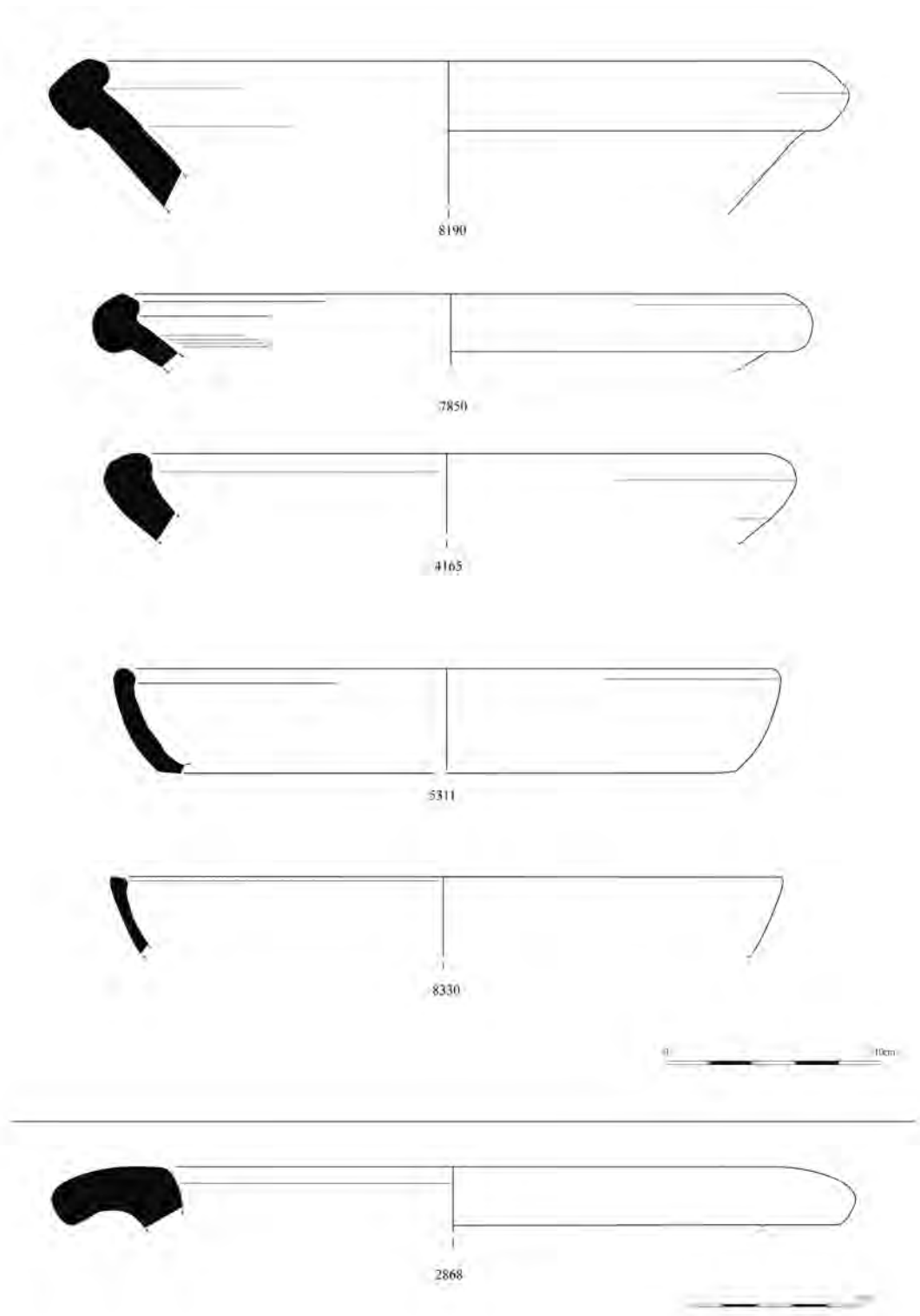


Figura 22
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Bética, região do
Guadalquivir: SM8190,
SM7850 e SM4165 –
Almofarizes; Cerâmica
comum Lusitânia
Tejo/Sado: SM5311
e SM8330 – Pratos;
SM2868 – Almofariz
Dr 1 centro-italico.

No caso da sondagem 2, esta categoria observa agora um maior equilíbrio na proporção dos tachos e dos potes/panelas, assim como uma maior estilização formal destes últimos. A maioria reporta a modelos semelhantes aos identificados na sondagem 1, (Fig. 23, 1520, 3202) observando variantes de bordo voltado para o exterior tendencialmente mais curvo (Fig. 23, 1520, 3202) e por vezes espessado (Fig. 23, 7160), bem documentados na região e com produção atestada na olaria romana da Garrocheira em Benavente, (Amaro, Gonçalves, Fig. 7, n.º 27) ou no Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, p. 265) em momentos alto-imperiais. A variante de bordo contracurvado (Fig. 24, 1654, 2480 e 2562) mantém-se como a mais representada, ostentando diferentes modelações morfo-tipológicas do quarto superior do bordo, e atestando a manutenção destas formas nos repertórios regionais, pelo menos, até aos finais do século I d.C..

Apesar do domínio dos exemplares de bordo dobrado sobre o ombro (Fig. 23, 1382 e 5312) os tachos observam agora modelos de bordo oblíquo (Fig. 23, 6130) e de bordo direito em aba (Fig. 23, 6380), que se manterão em voga na produção oleira da região até momentos mais avançados (Santos, 2011; Grilo, no prelo) destacando maior profundidade e menor diâmetro de abertura, mais adequados à contenção e confecção de alimentos líquidos. Numa relação equilibrada, não suplantam, porém, as formas do tipo pote/panela, antevendo-se desta forma a tendência já mencionada do domínio dos primeiros face a estes últimos. Esta leitura não é exclusiva da amostra da Rua de São Mamede, agora mais consubstanciada, sendo um dado também evidenciado no contexto da Rua dos Remédios (Silva, 2015b), onde se identifica uma relação equilibrada entre ambas formas e nos conjuntos de cronologia Julio-Cláudia do NARC (Grilo, no prelo). No mesmo sentido, e apesar da amostra reduzida, parecem indicar os dados dos níveis Alto-imperiais das Escadinhas de S. Crispim (Quaresma, no prelo).

Ainda no âmbito da louça de cozinha, as tampas enquadram diferentes morfologias: bordo voltado para o interior (Fig. 26, 6086); bordos espessados, cuja tipologia remete para formas aparentadas aos exemplares itálicos que sugerem uma confecção a quente de produtos em formas do tipo prato, baixas e pouco profundas (Fig. 26, 2950 e 1347); ou formas menos representadas, como o n.º 2858 (Fig. 26), reconhecido no território rural de Olisipo na *villa* romana de Freiria em contextos dos séculos II a C. a I d.C. (Cardoso, 2012, p. 396, figs. 251, n.º 6) e na *villa* de Povos, Vila Franca (Grilo e Santos, neste volume) em contextos associadas à fase Alto-imperial do local. **FIG. 23**

Entre a cerâmica de serviço o grupo mais representado corresponde às tigelas, seguidas dos potinhos, jarros, bilhas e pratos. As primeiras são igualmente das formas mais representadas nos contextos desta fase (Silva, 2015a) e enquadram as variantes de carena baixa já mencionadas na sondagem 1 (Fig. 26, 947), assim como variantes de bordo perolado, (Fig. 26, 7870) com algumas semelhanças com as formas de grande circulação de *sigillata*. Estas últimas possuem diâmetros relativamente pequenos e acabamentos polidos que lhes conferem um aspeto distinto dos restantes tipos identificados, sugerindo tratar-se de recipientes destinados ao serviço de mesa, que recordam as formas de *sigillata* alto-imperial *Ritt 8 e Drag 37* também presentes no local. Estão igualmente representadas entre o conjunto do Banco de Portugal (Grilo, no prelo).

Entre os potinhos, o destaque vai para os exemplares de bordo contracurvado (Fig. 25, 7079), com algumas semelhanças com os protótipos de origem bética, que correspondem a formas cuja cronologia parece enquadrar-se entre os finais do século I e o século II, com produção atestada no vale do Sado, na olaria do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, p. 109, Fig.

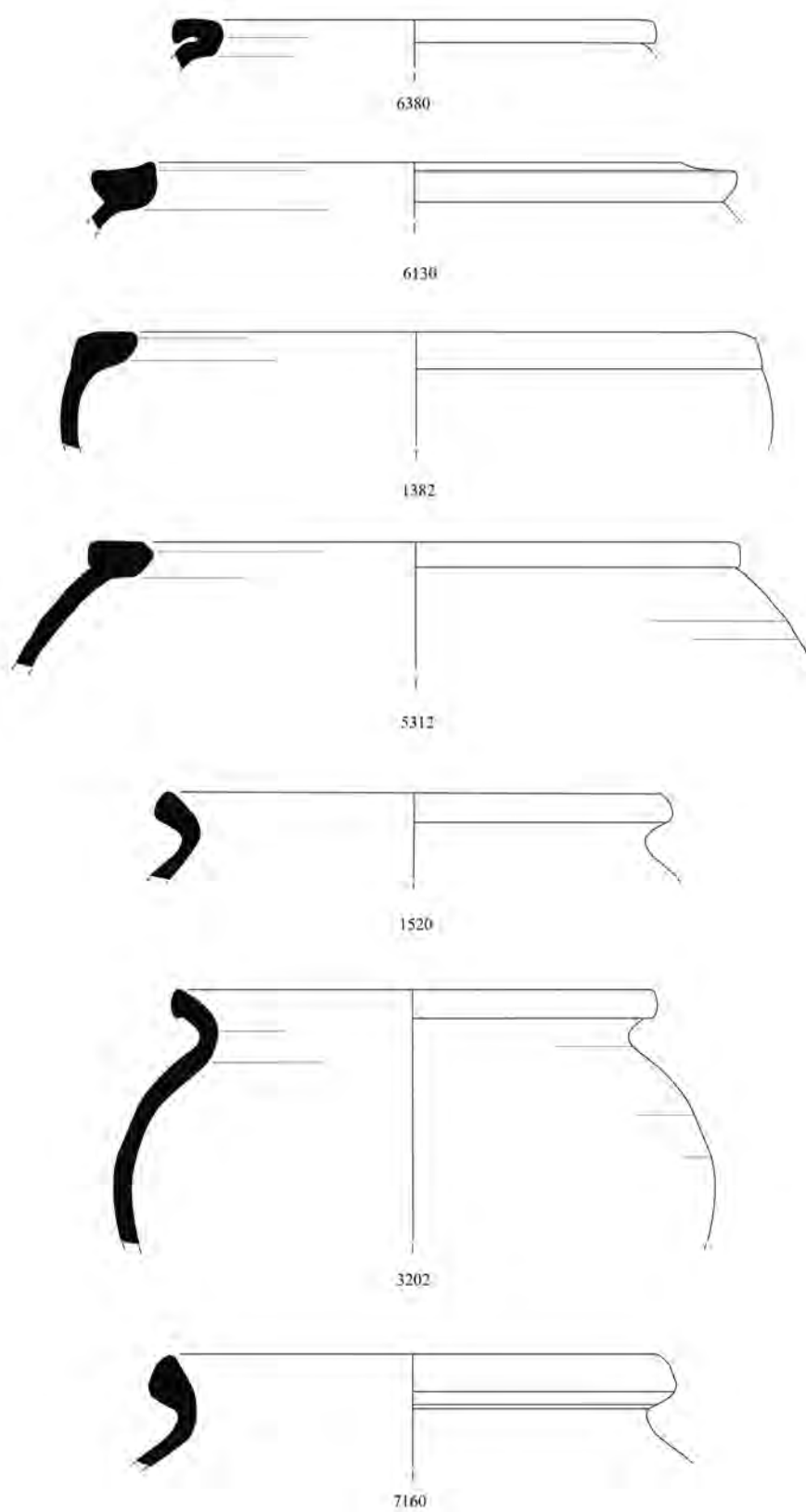


Figura 23
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado.
SM6380, SM6130,
SM1382 e SM5312
– Tachos; SM1520,
SM3202 e SM7160 –
Potes.

39, n.º 35 e Imagem 40, n.º44) em contextos do Alto império, assim como para as formas de bordo voltado para o exterior e perfil ovoide, aqui representadas pelo n.º6940 (Fig. 25).

Os jarros contam igualmente com um conjunto expressivo de exemplares, subsistindo formas com o colo canelado, também observadas no contexto da Rua dos Remédios (Silva, 2015a, Estampa 6, 2003 e 2004), já a par com as típicas formas alto-imperiais documentadas em contextos do século II e III de Lisboa (Grilo, no prelo; Filipe *et alii*, 2016).

Quanto às bilhas, estão representadas formas de bordo direito e de bordo canelado (Fig. 25, 2190 e 1590), assim como exemplares de duas bilhas coadoras (Fig. 24, 7920 e Fig. 25, 3688), de colo cilíndrico com vestígios de brunimento, uma forma já bem documentada no território de Olisipo em momentos alto-imperiais (Cardoso, 2015; Grilo e Santos, neste volume).

Por último, os pratos correspondem a formas simples de bordo direito (Fig. 22, 5311 e 8330), cuja cronologia lata não permite estabelecer grandes precisões. Mais interessante parece ser a pouca expressão auferida por estas formas nos contextos da Rua de S. Mamede, à semelhança do observado em contextos coevos, como a Rua dos Remédios (Silva, 2015b).

FIG. 24, 25 E 26

A leitura da sondagem 2 demonstra assim algumas alterações face ao padrão tipo-cronológico identificado na sondagem 1, particularmente notórias nos conjuntos de sigillata e anfóricos, já que o incremento substancial de TSSG, a presença de TSH em maior quantidade, bem como tipos de ânforas hispânicas e mediterrânicas em associações típicas a partir do último terço do século I d.C., parecem indicar um perfil mais avançado de época Flávia, possivelmente até de finais do século I ou mesmo do primeiro quartel do século II d.C.

Numa leitura global das primeiras, é evidente, em primeiro lugar, o decréscimo quase total das produções itálicas, marcadas por uma repetição dos modelos formais de cronologias mais avançadas, já observado na sondagem 1, (*Consp.* 22, 23) e por exemplares tardo-itálicos. A este dado há a acrescentar o domínio assinalado pelas produções do sul da Gália que destacam maior representação de determinados tipos em detrimento de outros: o decréscimo do binómio Drag 15/17- Drag 24/25 face à realidade anterior e o aumento (aparente) do binómio Drag 18-Drag 27, e que incorporam agora modelos tipo-cronológicos de época Flávia como as Drag 35 e 36, muito à semelhança dos conjuntos gálicos exumados quer nas termas dos Cássios, como na sequência registada no Palácio dos Condes de Penafiel (Silva, 2012, p. 212), na Calçada do Correio Velho (Silva, 2012, p. 236 e 246) e na Rua das Pedras Negras 22-28 (Silva, 2012).

Por outro lado, mantém-se a presença de produções hispânicas, agora com percentagens superiores às apresentadas na sondagem 1, mas ainda assim muito baixas quando comparadas com contextos urbanos, como as próximas Termas dos Cássios, cujos materiais fornecem indícios de uma utilização contemporânea, iniciada nos finais do século I e inícios do século II d.C. e onde estas produções são as segundas mais representadas no conjunto global (Silva, 2012, p. 213). A maior ocorrência destas produções na cidade a partir de 70-80 d.C., momento que corresponde provavelmente ao *terminus* destes contextos, poderá explicar a pouca expressão que estas possuem nos conjuntos da Rua de S. Mamede, por oposição a demais espaços: Praça da Figueira, onde estão bem documentadas, (Silva, 2012) ou o Banco de Portugal, onde correspondem à segunda produção mais representada, com o repertório de época Flávia bem documentado (Santos, 2015, p. 32).

Este dado, aliado à expressão comprovada dos fabricos de *sigillata* do sul da Gália nesta fase poderá dever-se assim a uma mera antiguidade do conjunto ou a uma efetiva manutenção

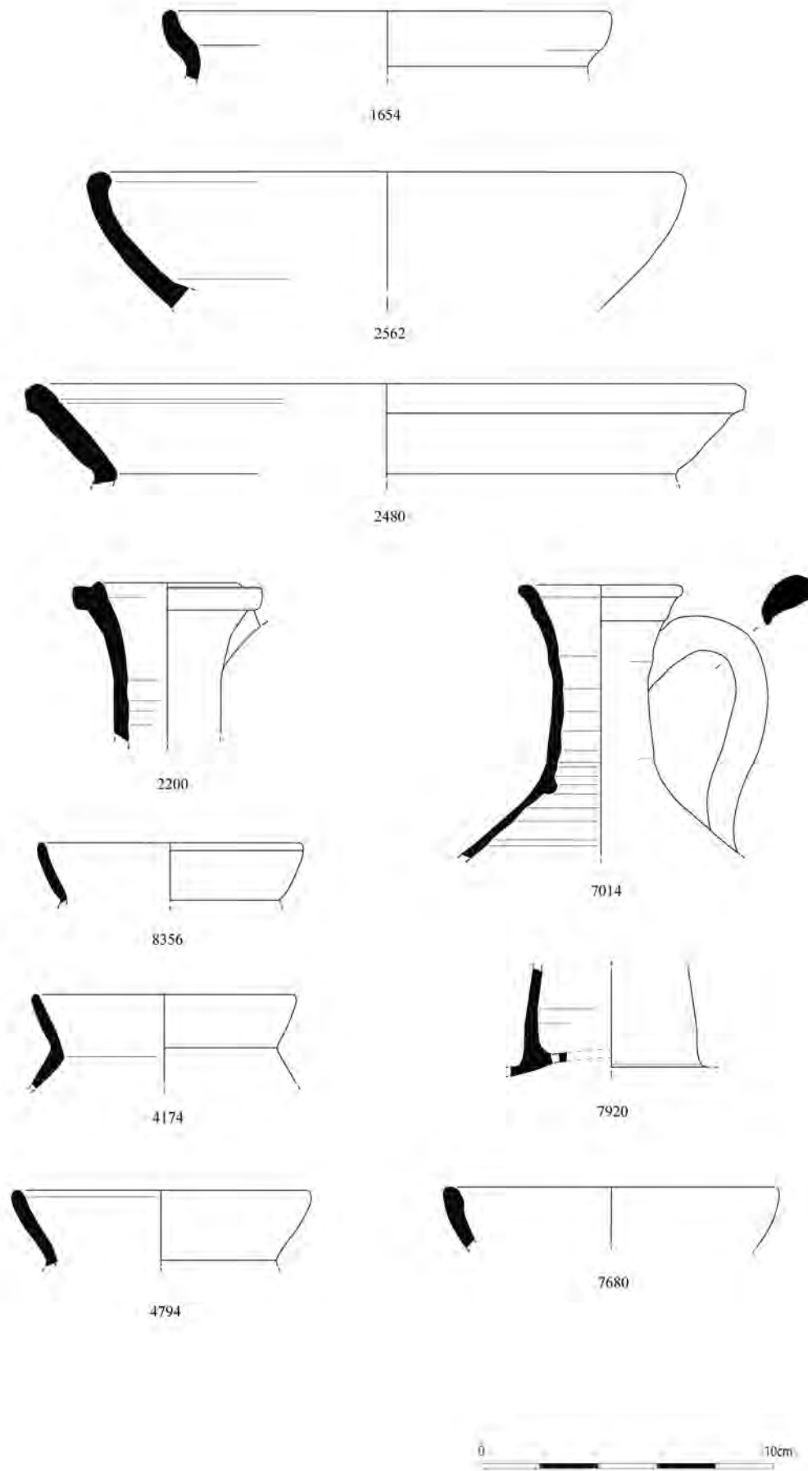


Figura 24
 Sondagem 2,
 Cerâmica comum
 Lusitânia Tejo/Sado:
 SM1654, SM2562
 e SM2480 – potes;
 Cerâmica comum
 Bética, costa ocidental:
 SM2200 e SM7014
 – Bilhas; SM8356,
 SM4174 e SM4794 –
 Potinhos; Cerâmica
 comum Bética, região
 do Guadalquivir:
 SM7680 – tigela;
 Cerâmica comum
 Lusitânia: SM7920 –
 Bilha coador.

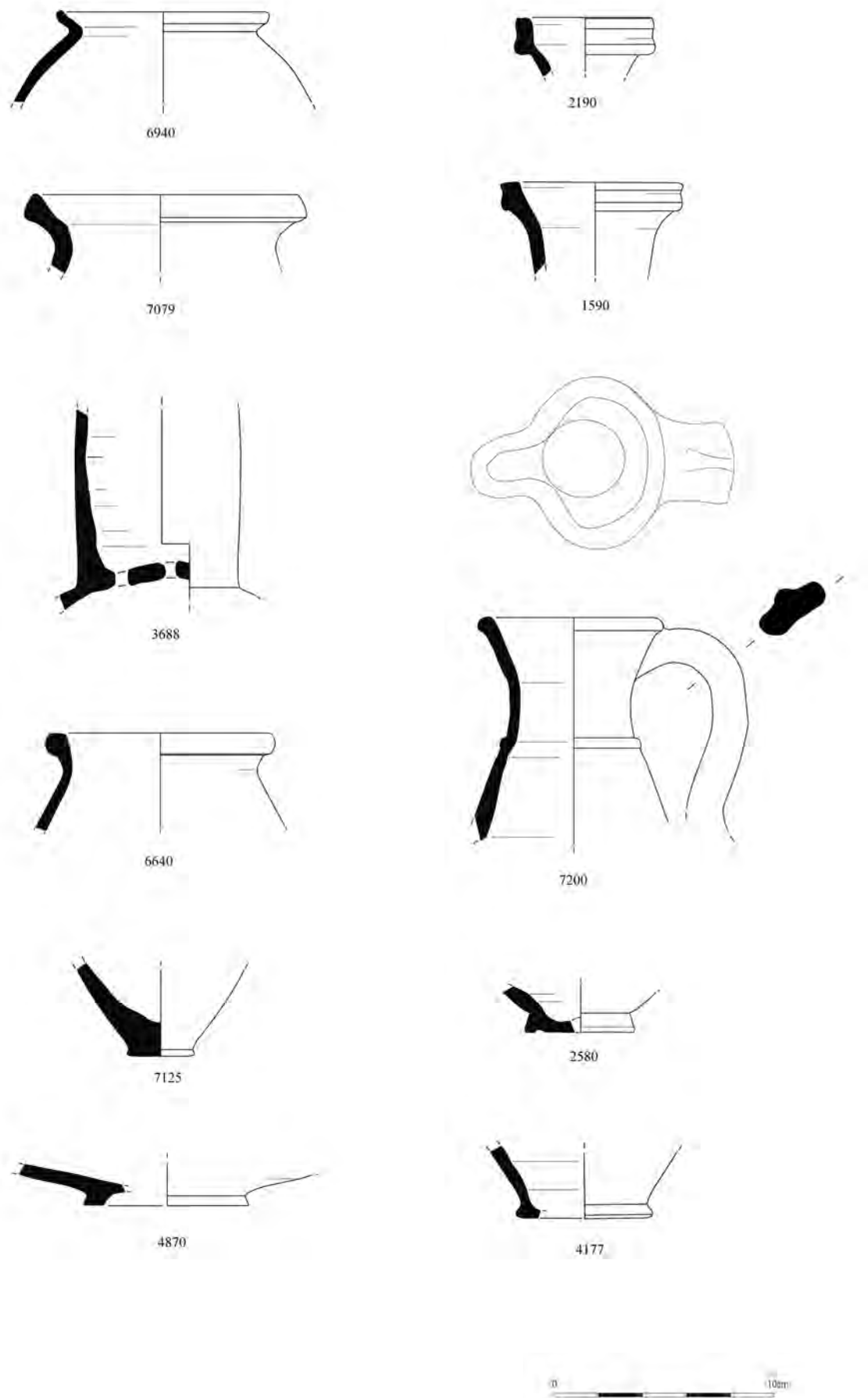


Figura 25
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado:
SM6940 e SM7079
– Potinhos; SM2190
e SM1590 – Bilhas;
SM3688 – Bilha
coador; SM6640 e
SM7200 – Jarros;
SM7125, SM2580,
SM4870 e SM4177 –
Fundos.

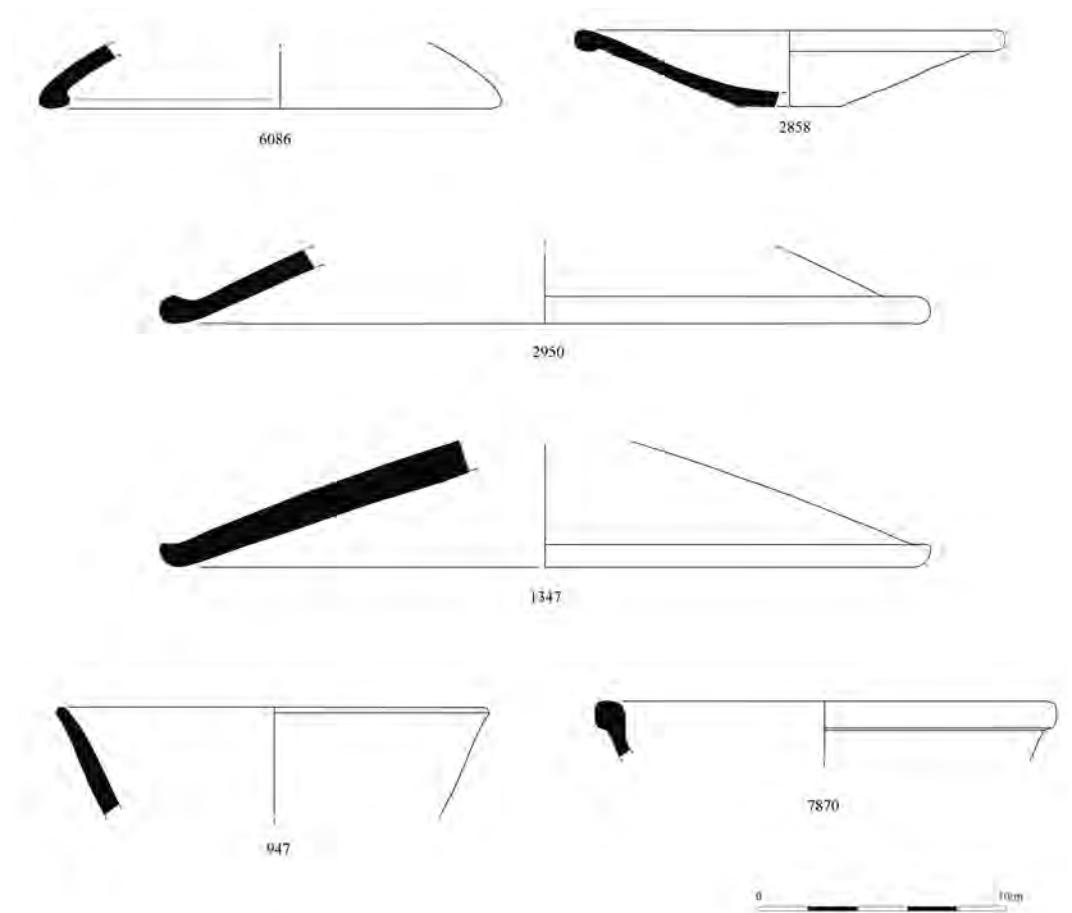


Figura 26
Sondagem 2
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado:
SM6086, SM2858,
SM2950 e SM1347
– Tampas; SM947 e
SM7870 – Tigelas.

destas importações nos contextos urbanos olisiponenses, em preponderância até meados do reinado de Vespasiano e complementada pelas produções hispânicas, por oposição a outros centros urbanos como Chãos Salgados (Quaresma, 2012, p. 235, fig. 92) ou *Augusta Emerita*, (Quaresma, 2012, p. 230; Bustamante Alvaréz, 2010, p. 153) onde as produções hispânicas dominam as estratigrafias de forma inequívoca desde época flavia.

Esta leitura parece também ser semelhante no conjunto anfórico, representado principalmente por ânforas béticas flávio-trajaneias, gaulesas e do mediterrâneo oriental, bem como pelo advento da Lusitana 3.

4.2.3. Ânforas

O conjunto de ânforas recolhidas em sequência estratigráfica na Sondagem 2 revelou ser bastante mais numeroso e diversificado que na Sondagem 1, contabilizando-se 98 fragmentos e um número mínimo de 52 indivíduos (NMI). Considerando os limites temporais máximos dos tipos identificados, o conjunto desta sondagem abrange, uma vez mais, um leque cronológico compreendido entre segunda metade do séc. II a.C. até aos finais do séc. II/inícios do III d.C. Contudo, o cruzamento de dados possível entre as ânforas e os restantes materiais exumados, permite-nos enquadrar cronologicamente o conjunto entre o último terço do século I e os inícios do segundo quartel do II d.C.

Começamos por salientar que, à semelhança da Sondagem 1, estavam novamente presentes vários fragmentos de contentores/tipos pertencentes ao período tardo-republicano

Figura 27

Ânforas, Sondagem 2. Valores das distintas áreas de proveniência identificadas. No que concerne aos produtos hipoteticamente transportados nessas ânforas, sobressaem os preparados piscícolas, com metade da amostra (50%), seguidos do azeite (34%) e do vinho (16,3%); desde logo, surpreende novamente o facto de tão grande diferença entre o consumo de vinho e os restantes produtos, designadamente o azeite.

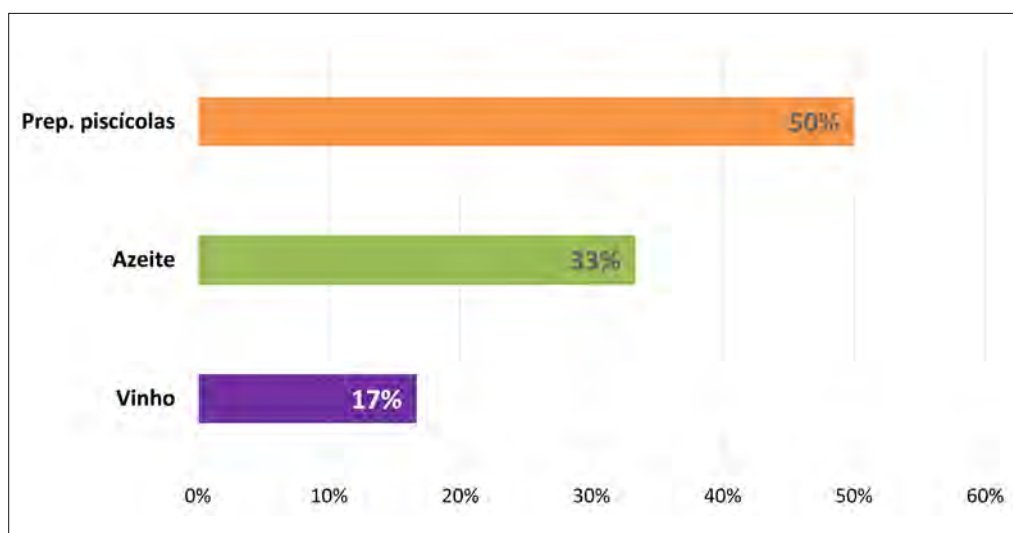
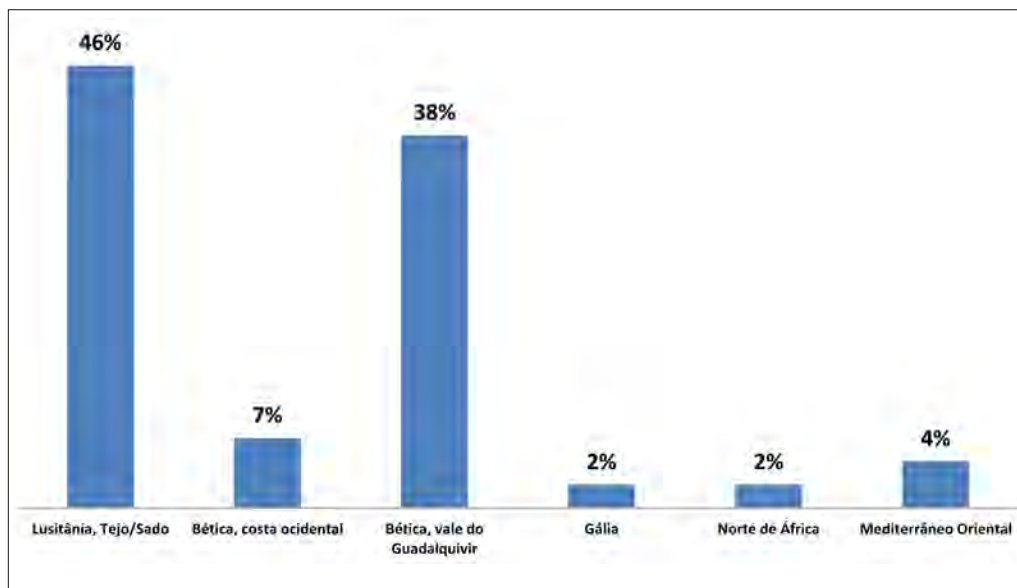


Figura 28

Ânforas, Sondagem 2. Valores dos conteúdos identificados

– Greco-italicas, Dressel 1, ânforas de Brindisi e T.4.3.3/Mañá C2b da Ulterior Bética – com carácter claramente residual. Neste caso concreto, esses fragmentos representavam 14%, os pertencentes aos séculos I-II d.C. 78% e os indeterminados 8%. Ainda que tão pouco seja de elevada fiabilidade estatística, o número de fragmentos e o NMI preservado permite, no entanto, outro tipo de análises e de leituras.

Realizando-se exclusivamente o cômputo dos fragmentos contextualizados (excluindo-se os tipos residuais e os indeterminados quanto à proveniência/tipo), a amostra de 42 NMI atesta um perfeito equilíbrio entre os contentores provinciais (46%) e os importados da Bética (45%). Os da Gália (2%), do Norte de África (2%) e do Mediterrâneo Oriental (5%), completam o lote das importações que, embora com valores relativamente baixos, não deixam de ser significativos. FIG. 27 E 28

Tal como já referimos anteriormente, o primeiro aspecto que chama de imediato a atenção é uma inusitada paridade entre as ânforas lusitanas e as béticas, quando em vários contextos conhecidos de Lisboa, datados a partir de meados do século I d.C., o consumo urbano é já em grande medida dominados pelas produções provinciais. No entanto, este aparente cenário de

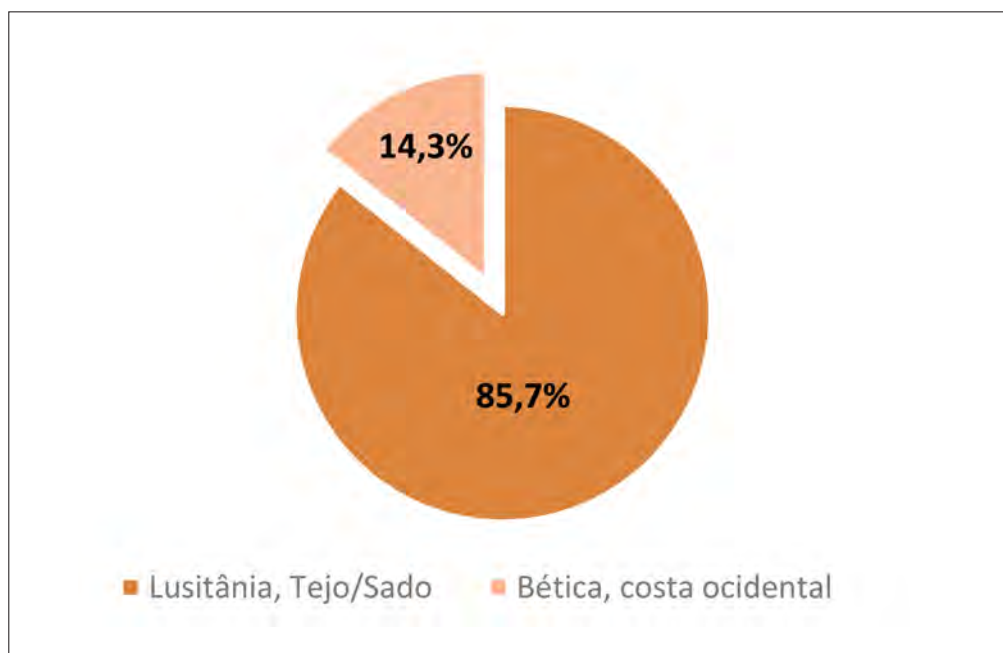


Figura 29
 Ânforas, Sondagem
 2. Valores dos
 preparados piscícolas
 lusitanos e béticos.

equilíbrio de facto não o é, visto que esses números não dizem respeito a uma mesma realidade de consumo. Na verdade, os valores observados para as distintas regiões correspondem ao comércio/importação de produtos de distinta natureza. Os tipos lusitanos tratam-se quase todos de ânforas piscícolas (17 indivíduos), enquanto os béticos de idêntico conteúdo correspondem apenas a uma pequena parte (3 indivíduos), correspondendo a maior parte dos oriundos dessa província a ânforas de azeite (14 indivíduos) e vinho (2 indivíduos). Neste sentido, e para uma correta compreensão desse(s) comércio(s), parece-nos necessário uma análise e comentários particulares aos tipos e respectivas proveniências.

Em primeiro lugar, as ânforas destinadas ao transporte dos preparados piscícolas (Fig. 29 e 30). As lusitanas consistem exclusivamente em ânforas Dressel 14 produzidas nas olarias do Tejo/Sado, identificáveis através de fragmentos de bordo de perfil triangular ou subtriangular, destacando a homogeneidade formal no que respeita à sua configuração, asas largas com marcado sulco central e fundos de grande dimensão, com maior ou menor preenchimento de argila. Apenas um fundo, oco e de menor tamanho, poderia, com muitas reservas, corresponder a um exemplar enquadrável nas formas ditas “Lusitanas Antigas”. Quanto às formas béticas, objetivamente, pouco se pode dizer. Tal como na Sondagem 1, entre os vários fragmentos identificados apenas constavam dois bordos, genericamente atribuíveis aos tipos 7 a 11 de Dressel, sem que sejam possíveis maiores precisões tipológicas, e dois fragmentos de asa/arranque de asa (1 indivíduo) de ânfora Beltrán IIA ou IIB. FIG. 29

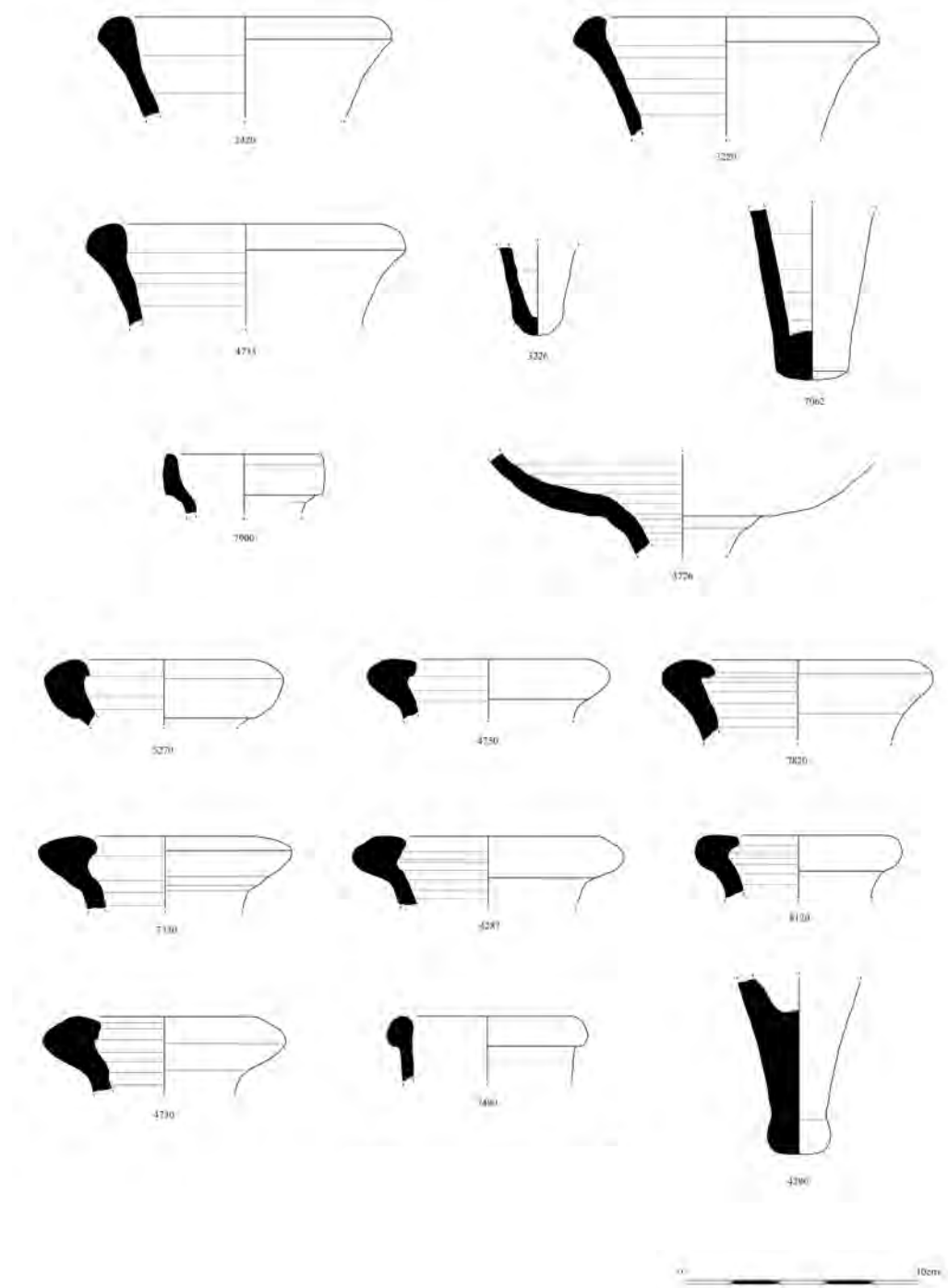
A primazia dos preparados piscícolas cabe, desse modo, à produção Lusitana com 86% desse comércio, em detrimento de apenas 14% da Bética. Verifica-se uma tendência já observada em outras intervenções da cidade, de que se tem dado constância, que desde um momento precoce do período imperial, entre o virar da Era e os meados/terceiro quartel do século I d.C., se assiste na região de Lisboa a um progressivo aumento e demanda dos produtos locais/regionais face aos produtos importados da Bética, e que se incrementa e consolida notavelmente entre o último quartel do século I e o século II d.C.. No primeiro grande momento essa evolução pode ser lida através do crescimento das formas “Lusitanas Antigas” face à diminuição das Dressel 7-11 e/ou Beltrán IIA; no segundo, na hegemonia da Dressel

14 comparativamente às Beltrán IIB e/ou outras formas béticas minoritárias contemporâneas (como por exemplo as Puerto Real, de que se conhecem actualmente alguns exemplos em conjuntos inéditos por nós estudados).

Esta leitura “empírica” não é exclusiva da amostra da Rua de São Mamede, sendo igualmente verificável, por exemplo, na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013; Silva, 2015a; Silva, Filipe, Almeida, 2016), na Rua dos Remédios (Silva, 2015b; Silva, Filipe, Almeida, 2016), no Teatro romano (Filipe, 2015), na Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008) e ainda na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), para referimos alguns casos coevos melhor conhecidos.

FIG. 30

Figura 30
Sondagem 2,
Ânforas. Lusitania,
Vales do Tejo / Sado:
SM2420, SM3220,
SM4735 e SM7062
– Dressel 14;
SM3226 – “Lusitana
Antiga”?/Dressel 14;
SM7900: Lusitana
3. Bética, Vale
do Guadalquivir:
SM3726 – Haltern
70; SM5270 Dressel
20 Júlio-cláudia;
SM4750, SM7820,
SM7330, SM4287
– Dressel 20
Flávia-trajana; SM
8120 – Dressel 20
parva Flávia-trajana;
SM4730 – Dressel
20 Flávia-trajana.
Mediterrâneo
oriental:
SM7490 – Ródia
(Camulodunum
184). Norte de
África: SM4290 –
Dressel 2-4.



Em segundo lugar em ordem de importância na amostra estão as ânforas destinadas ao comércio do azeite, com 33% da amostra. Constam exclusivamente de ânforas béticas, oriundas do Vale do Guadalquivir, do tipo Dressel 20, concretamente 28 fragmentos/14 indivíduos. De entre os vários fragmentos de bordo recolhidos pode-se observar diferentes morfologias, que, no atual estado do seu conhecimento tipológico (Berni Millet 1998; Berni Millet 2008), parecem ter grande relevância, já que, como é sabido, representam diversas variantes que correspondem a diferentes etapas do desenvolvimento tipológico destes contentores, cuja produção parece manter-se até finais do século III d.C., pelo menos em época de Galieno, segundo datações consulares de 275 d.C. (Remesal Rodríguez, 1983; Rodríguez Almeida 1984; Berni Millet, 1998; Berni Millet e García Vargas, 2016).

Por um lado, estão representados 2 fragmentos de bordo e 4 fragmentos de asa com uma morfologia mais afim das de época Júlio-Cláudia, bem como outra asa e um arranque de asa que pertencem a um módulo mais reduzido, a Dressel 20 *parva*, de idêntica cronologia, das quais conhecemos já vários exemplos na cidade de Lisboa, inclusivamente com epigrafia atestada (Fabião *et alii* 2016). Relativamente aos bordos, apresentam lábios com secção circular, engrossados na sua parte exterior com uma aresta incipiente, são ligeiramente achatados na sua parte superior e levemente espessados para o interior, indicando a evolução que sofrerá posteriormente (Figura 30, n.º 5270). Ditas características, que têm vindo a ser atribuídas ao *terminus* da produção de época Júlio-Cláudia / início da Flávia, concretamente a Nero-Vespasiano (Berni Millet, 2008, p. 60), período de assumida variabilidade morfológica, têm um dos seus melhores referentes no naufrágio de La Albufereta, datado de 50-70 d.C. (Fernández Izquierdo, Berni Millet, Aguilera Martín, 2007). O bordo que ilustramos inscreve-se nas variantes existentes, concretamente nas denominadas de “tipo intermédio” (Fernández Izquierdo, Berni Millet, Aguilera Martín, 2007, p. 234, fig.4).

Quando comparados, desde um ponto de vista estritamente morfo-tipológico, com exemplares presentes em outros contextos olisiponenses datados de momentos próximos, deparamo-nos com alguns matizes. Embora este tipo de exemplares pareça pertencer ao universo formal daqueles que podemos encontrar na Rua dos Remédios, em contexto de época de Cláudio, datado de 45-50 d.C. (Silva, 2015a; Silva, 2015b), na Praça da Figueira, no contexto [9033], datado de 50-60 d.C. (Silva, 2015a), ou na Fase 2 do Teatro romano de Lisboa, datada *circa* 57 d.C. (Filipe, 2015), parecem ser algo diferentes. Como tal, pensamos que pertencem a um momento cronológico imediatamente posterior... De entre os possíveis casos que podem ilustrar este tipo de realidade, refiram-se a drenagem de Saint-Just ou o grande depósito de Bas-de-Loyasse, ambos em Lyon; o primeiro, datado de 70-80 d.C. (Bertrand, 1992), mas que segundo Piero Berni se deve datar ligeiramente antes (Berni Millet, 2008, p. 55), parece juntar várias morfologias num curto espaço de tempo (tal como ocorre na Rua de São Mamede), estando representadas tanto as formas consideradas típicas de momento avançado dentro de época Júlio-Cláudia / início Flávia, como as formas típicas de época Flávia-trajaneia (Berni Millet, 2008, p. 56); o segundo, datado em c. 70 d.C., no qual estão igualmente representadas algumas destas morfologias juntamente com outras “mais” típicas de época Flávia (Dangréaux e Desbat, 1988).

Por outro lado, ainda no que se refere aos fragmentos de Dressel 20 da Sondagem 2, estão presentes em maior número – 16 fragmentos / 11 indivíduos – os bordos que

topologicamente se consideram do período flaviano-trajano (ca.70-110 d.C.), incluindo o módulo *parvo*, pertencentes à mais estilizada de todas as variantes da Dressel 20, com o corpo de perfil completamente esférico e o fundo como um pequeno cone invertido sem arestas, com um colo que se torna mais comprido e acompanhado por um aumento do tamanho das asas, que caem verticalmente sobre a pança (Martin-Kilcher, 1987; Berni Millet 1998; Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016). Os bordos melhor representados são espessados, com secção tendencialmente subtriangular e com um frequente achatamento na sua parte superior, mais ou menos pronunciado, desenvolvendo-se a sua parte exterior como uma carena. Têm ainda uma ligeira inclinação para o interior, que ocasionalmente se apresenta mais acentuada, rematada por um espessamento que adquire a forma de uma aba, sob a qual se forma uma concavidade acentuada (Berni Millet, 1998, p. 38; 2008, p. 60-61) (Figura 30, n.ºs 4750, 7820, 7330, 4287 e 8120).

Os bordos são em muito parecidos aos documentados nos dois sítios já referidos, Saint-Just e Bas-De-Loyasse, sobretudo este último, ou ainda nos contextos de Augst – que estiveram na base da proposta de evolução proposta por S. Martin-Kilcher (1987) – embora se pudessem referir ainda Dimesser Ort, em Mainz (Ehmig, 2002), ou Estagnon, em Fos-sur-Mer, escavado em momentos mais recentes e datado de 65-85 d.C. (Marty e Zaa-raoui, 2009), entre muitos outros ... Não faltando qualidade ou validade aos “contextos de referência” mencionados, um dos paradigmas do comércio de azeite em época Flávia (e por acréscimo, também do estudo da tipificação/seriação dos contentores desse comércio) e melhor paralelo para os fragmentos de Dressel 20 da Sondagem 2, surge novamente da mão da arqueologia subaquática: o naufrágio do Cala Culip I, no Cabo Creus, Girona, datado do reinado de Vespasiano, 69-79 d. C. (Nieto Prieto *et alii.*, 1989).

Este naufrágio é tanto mais interessante, na medida em que reúne dois grandes grupos de ânforas/bordos bastante diferentes. Por um lado, um grupo predominante que engloba toda uma variedade de perfis de bordos típicos de época Flávia, como os que agora apresentamos (Nieto Prieto *et alii.*, 1989, figs. 35-36); por outro, um grupo bastante menos numeroso de formas que dir-se-iam morfológicamente más evoluídas (Nieto Prieto *et alii.*, 1989, figs. 34-35), e portanto posteriores (não fosse o facto pertencerem ao mesmo carregamento...), que em vários aspectos recordam já a morfologia típica das Dressel 20 do século II d.C.. Este aspecto tipológico, problemático, e ainda hoje motivo de reflexão e de reservas por parte de vários autores (veja-se, por exemplo, Carreras Monfort e Funari, 1998, p. 7), está patente no caso do bordo n.º 4730 (Figura 30).

Em definitivo, é extremamente significativo o valor alcançado pelo comércio do azeite, correspondendo a 1/3 da amostra e ao dobro dos produtos vitivinícolas. Os valores e a importância que aqui alcançam, que novamente se puderam quantificar, destronam categoricamente qualquer leitura que defenda a sua hipotética escassez. Valores percentuais idênticos ou semelhantes para as ânforas de azeite puderam ser constatados no teatro romano, c. 30% (veja-se Filipe, 2015, Tabela 1), na Praça da Figueira – 21% (Almeida e Filipe 2013, p. 743) ou ainda na Casa dos Bicos (Filipe *et alii.*, 2016). Contudo, e embora em todas estas amostras o consumo do azeite apresente valores próximos e nada despicientes, que dão provas claríssimas da sua importância, este é sempre inferior ao do vinho e ao dos preparados piscícolas. Deste feita, o que podemos observar na rua de São Mamede não é tanto um incremento no valor do azeite, de si elevado, mas sim uma diferença nas proporções dos restantes produtos, que se manifesta sobretudo no decréscimo das ânforas de produtos vitivinícolas, e que pode estar diretamente relacionada com o período em apreço.

Mas retomando o comércio do azeite do Guadalquivir para o ocidente peninsular, os conjuntos de fragmentos publicados na última década para Lisboa – designadamente os do Teatro Romano (Filipe, 2015), Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013) ou Rua dos Remédios (Silva, 2015b), para referir apenas alguns exemplos – ou para sítios mais interiores no Vale do Tejo, como Santarém (Almeida, 2008), Tróia (Almeida *et alii*, 2014), Faro ou Balsa (Viegas, 2011), mas também a epigrafia associada (Fabião *et alii*, 2016), já não deixam hoje em dia margem para dúvidas quão significativa é a sua presença na Lusitânia e na sua principal cidade marítima, ao contrário do que durante muito tempo se supôs (Fabião, 1993-1994). No caso de *Olisipo* é ainda mais evidente, surgindo a Oberaden 83 / Haltern 71 e Dressel 20, os “fósseis-diretores” de esse comércio, frequentemente como o(s) segundo(s) tipo(s) mais representado(s), apenas ultrapassados pela omnipresente Dressel 14 lusitana. Assim, e tal como em momentos anteriores (Fabião, 1993-1994), mas também mais recentemente se teve oportunidade de comentar “(...) não será de mais sublinhar a relevância assumida pela rota atlântica de abastecimento às áreas mais setentrionais do Império (Britannia e Germania Inferior), que teria no porto de *Olisipo* um indispensável ponto de apoio (...)” (Fabião *et alii*, 2016, p. 118).

Não obstante a importação e consumo já estabelecidos e existentes desde o início do Império, e mesmo em momentos mais antigos, parece evidente que o comércio do azeite bético em Lisboa se viu incrementado a partir de meados do século I d.C., desenvolvendo-se de forma regular e sem alterações de registo nos dois séculos posteriores. Na sua condição de primeiro porto provincial e de incontornável ponto de apoio, Lisboa teve usufruto directo da “abertura” e uso regular/intensificação da rota atlântica (Fabião, 1993-1994; Almeida e Filipe 2013; Fabião *et alii*, 2016), concebida essencialmente para a circulação de produtos anónimos, de carácter institucional, destinados aos abastecimento dos contingentes militares estacionados na fronteira germânica e na Britannia (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort e Funari, 1998). Contudo, tal como mais recentemente também se teve oportunidade de comentar, “(...) seria redutor pensar que todo o azeite bético (...) resultasse exclusivamente das sobras desse grande transporte oficial (...)” (Fabião *et alii*, 2016, p. 118), a partir da qual poderão ter derivado outro tipo de circuitos e mercados, que terão abastecido também a demanda de Lisboa e da maior parte da Lusitânia.

Finalmente, em último lugar de importância estão os artigos e contentores vitivinícolas, que atestam a importação do maior número de regiões do Império: desde a Bética (Haltern 70) ao Mediterrâneo Oriental (Ródia/Camulodunum 184), passando pela Gália (Gauloise 4) e pelo Norte de África (Dressel 2-4), para além dos produtos locais transportados nas Lusitana 3. Pese o facto de ser o conteúdo com maior diversidade de origens e contentores, a quantidade de ânforas é manifestamente escassa, apenas 7 NMI, inviabilizando qualquer tipo de tratamento estatístico.

A província melhor representada é a Bética, com 2 indivíduos, concretamente 2 fragmentos de fundo atribuíveis ao tipo Haltern 70, que, mais além da sua presença contextual, não permitem outro tipo de precisões, dado que não podemos confirmar, de forma categórica, se os fragmentos agora identificados correspondem à morfologia típica desse período, definidas na variante D de Baudoux (1986, p. 45), na etapa 3 de Martin-Kilcher (1994, p. 386) ou, segundo proposta mais recente, na Fase IV de Berni Millet (2011, p. 94-95).

O que parece ser hoje um facto incontestável é que a produção/exportação do tipo Haltern 70 é ainda uma realidade em época Flávia, pelo menos durante o período dessa

dinastia abrangido pela segunda metade do século I d.C., embora pareça ter-se verificado um acentuado decréscimo exportador, comparativamente aos momentos precedentes, tal como se pode observar de um modo generalizado quer nos mercados de consumo – Ostia, Bas-de-Loyase, Augst, ou mesmo Bracara Augusta, exemplo de maior proximidade – quer em vários naufrágios da época – Chiessi, Culip IV, Marina di Fiori – em que a Haltern 70 tem um papel claramente marginal, apesar do grosso dos carregamentos estar composto por ânforas béticas (Berni Millet, 2011, p. 94-95).

De grande importância na Sondagem 2 da Rua de São Mamede é a presença de 2 NMI / 4 fragmentos de ânforas Ródias, concretamente um bordo (Figura 30, n.º 7490), um fundo e duas asas, estando representados os 2 fabricos de referência (Tomber e Dore, 1998, p. 112; Peacock e Williams, 1986: Class 9). Herdeiras de uma longa tradição que recua ao período helenístico, as ânforas ródias de época tardo-republicana e alto imperial, também conhecidas como Camulodunum 184, foram fabricadas no Mediterrâneo oriental, concretamente na Ilha de Rodes e em outros pontos da *perea* ródia, desde a segunda metade do séc. I a.C. até meados do II d.C., destinando-se ao transporte dos seus afamados vinhos (Grace, 1979; Peacock e Williams, 1986, p. 103; Empereur e Hesnard, 1987, p. 19). Alcançaram uma significativa difusão em toda a metade ocidental do Império, particularmente nas regiões militarizadas e fronteiras béticas da *Gallia*, da *Germania* e da *Britannia*.

Embora já reconhecidas em vários locais do actual território nacional – *Bracara Augusta* (Morais, 2005), Conímbriga (Buraca, 2005), Tomar (Banha e Arsénio, 1998), *Civitas Igaeditanorum* (Banha, 2010), Freiria (Cardoso, 2015), Chãos Salgados (Quaresma, 2012) e Faro (Almeida *et alii*, 2014), entre outros, em Lisboa apenas se conhece a referência à sua existência no Palácio dos Condes de Penafiel (Quaresma, no prelo); contudo, esta aparente escassez não corresponde, de todo, à realidade do consumo. De facto, este tipo é uma constante na maior parte dos conjuntos actualmente em estudo na cidade de Lisboa, como por exemplo o Banco de Portugal⁶. Não obstante, quer para Lisboa, quer para a maior parte dos sítios referidos, carecemos de coordenadas crono-estratigráficas para a sua importação/recepção. Ainda assim, a sua presença na actual amostra da Rua de São Mamede, aliada à inexistência em outros contextos lisiponenses, bem conhecidos, enquadráveis cronologicamente em torno aos meados do século I d.C. (Praça da Figueira, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo Portas do Sol, Rua dos Remédios, Teatro Romano), leva-nos a considerar que o comércio dos contentores e produtos ródios (e provavelmente da maior parte de outros oriundos da metade oriental do Império...) se possa ter desenvolvido justamente a partir de momentos pré-flávios, concretamente a partir dos reinados de Cláudio/Nero. Esta imagem é a que transparece actualmente dos dados contextuais dos exemplares recolhidos em *Bracara Augusta* (Morais, 2005) ou Setúbal, concretamente na Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12, datado dos finais do século I – inícios do II d.C. (Tavares da Silva *et alii*, 2014).

No que diz respeito aos vinhos oriundos da Gália, pôde-se registar a presença do tipo Gauloise 4 (não ilustrado). Este tipo de ampla distribuição foi produzido na Gália, especialmente na província da Narbonense, entre os meados do séc. I e o século III d.C., com uma característica morfologia que tem por base um corpo piriforme com base plana e pé em anel, um colo curto e bordo com diâmetro reduzido de secção circular e espessado exteriormente, sob o qual arrancam as asas de secção ovalada com uma marcada depressão longitudinal (Laubenheimer, 1985, pp. 261-293; Laubenheimer e Schmitt, 2009). Esta forma corresponde à ânfora vinária gaulesa de maior sucesso, tendo sido exportada um

pouco para todo o território do antigo Império romano (Laubenheimer, 1985, pp. 390-392; Peacock e Williams, 1986, pp. 142-143).

Trata-se de uma forma que está relativamente bem atestada no nosso território, de Norte a Sul, no litoral e no interior, ainda que não alcance as proporções que se verificam em outros locais do Mediterrâneo ocidental (Almeida e Filipe, no prelo). Concretamente em Lisboa, a Gauloise 4 está presente em percentagens semelhantes na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo Portas do Sol (Silva, 2014), na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013), no NARQ (Bugalhão, 2013), na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce, Filipe, no prelo) e no fundeadouro da Praça D. Luís (Parreira e Macedo, 2013). O contexto da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Largo Portas do Sol é dos mais relevantes, na medida em que fornece uma data de final de época Júlio-Cláudia / início da Flávia para o início da sua recepção em Lisboa (Silva, 2014, p. 183); contudo, não parece ser esse o quadro de consumo maioritário, mas antes o século II d.C., tal como parece sugerir o conjunto da Casa dos bicos (Filipe *et alii*, 2016).

Também minoritário, mas igualmente de incontestável interesse no que ao capítulo dos vinhos importados se refere, é o fragmento de fundo n.º 4290 (Figura 30), que classificamos como Dressel 2-4 proveniente do Norte de África. Dadas as características inequívocas do fabrico em questão, pensamos que consiste, com grande probabilidade, de uma produção africana do tipo “inventado” na ilha de Cos. É hoje sabido que durante o domínio romano também as regiões mais setentrionais do continente africano sofreram o mesmo fenómeno/processo de imitação/reprodução/interpretação das formas helenísticas incorporadas no mundo itálico, que se fez sentir de forma generalizada e transversal a praticamente todas as províncias do Império, e que teve nas produções da *Gallia* e da *Hispania Tarraconnensis* alguns dos seus melhores exemplos.

Nas várias localidades/centros produtores conhecidos no espaço africano, como por exemplo no território Qerqarish, próximo da actual Tripoli (Líbia), na área de Gallala, na metade sul da tunisina ilha de Jerba, bem como em outros sítios mais interiores da mesma ilha, ou ainda em Zian, perto de Zarzis, também na Tunísia (Bonifay, 2004, p. 146), a (re)produção da ânfora Dressel 2-4 assume alguma complexidade e variedade num período de tempo compreendido entre os inícios do século I e meados do II (Fentress, 2001, pp. 261-263; Bonifay, 2004, p. 146; Fontana, 2009, pp. 278-283), ou nos finais do mesmo século / inícios do III d.C. (Rizzo, 2014, p. 289), a fazer fé nos dados mais recentes das Termas do Nadador, Ostia. A evidência disponível remete tanto para contentores que correspondem a verdadeiras cópias do tipo itálico, como para formas inspiradas no mesmo tipo, mas de menor tamanho e perfil mais estilizado, designadas por “pseudo-Dressel 2-4”, ou ainda para a variante conhecida como Schöne-Mau XXXV, identificada em Pompeia (CIL IV; Panella, 1976) e bem conhecida em sítios de consumo itálicos, de que enumeramos Ostia como melhor exemplo (Ostia III, pp. 478 e ss.; Rizzo, 2014, pp. 289-291). É desde esta assumida perspectiva de diversidade que deve ser entendida a dificuldade para enquadrar devidamente simples fragmentos, como o proveniente na rua de São Mamede.

Todavia no que se refere ainda à importância de que se reveste a identificação e presença deste tipo em *Olisipo*, sobretudo na intervenção da Rua de São Mamede, e em particular no que concerne o seu significado crono-estratigráfico, referir que estas (re)produções africanas do tipo Dressel 2-4 estão igualmente documentadas em Roma em contextos de época tardo-neroniana, flávia e tardo-antonina, na *Meta sudans* (Rizzo, 2003, p. 154), na

Vigna Barberini (Rizzo, 2003, p. 169 e tav. XXXVII) e na via Sacchi (Ferrandes, 2008), respectivamente (*apud* Rizzo, 2014, p. 290). Deste modo, e considerando a generalizada ausência na Rua de São Mamede de classes e tipos cerâmicos com marcado perfil tardo-antonino, parece-nos bastante coerente a presença do nosso fragmento nos dois primeiros momentos referidos.

Por último, os contentores originários da Lusitânia que se destinavam também ao comércio do vinho, de que se recolheu um bordo tipo Lusitana 3. A Lusitana 3 terá começado a ser produzida pelo início do séc. II d.C. nos vales dos rios Tejo e Sado, sendo fabricada até em torno a meados do séc. III d.C. e correspondendo a uma forma inspirada nos modelos de fundo plano gauleses, sobretudo a Gauloise 4 (Diogo, 1987, p. 184; Raposo, Sabrosa e Duarte, 1995, p. 337; Mayet, Schmitt e Silva, 1996; Fabião, 1998, pp. 184-186; Quaresma e Raposo, 2013). A determinação do produto que transportaria baseia-se fundamentalmente nas afinidades morfológicas com aquele tipo gaulês, bem como em alguns exemplares recolhidos com o inteiror resinado, destinando-se muito provavelmente a envasar vinho (Diogo, 1987, p. 184; Fabião, 1998, p. 186).

Em Lisboa está bem atestada em contextos do séc. II d.C. e da primeira metade do séc. III, nomeadamente no Teatro romano (Diogo, 2000), na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce e Filipe, no prelo), no NARC (Bugalhão e Sabrosa, 1995; Bugalhão, 2001), na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016 no prelo), na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013) e no Fundeadouro da Praça D. Luís (Parreira e Macedo, 2013).

A presença de todas estas proveniências e tipos de ânforas vínicas representadas aponta justamente na mesma direção que os restantes contentores e produtos, isto é, que se está perante um momento compreendido entre o último quartel do século I d.C. e o primeiro quartel do II d.C. Assim, assiste-se a um cenário de consumo em que pauta ainda a forte presença dos vinhos béticos, mas já em decréscimo, sem o fulgor de época Júlio-Cláudia que se observava em toda a extensão do território actualmente português, ao mesmo tempo que ganham relevo os vinhos de outras regiões, nomeadamente os da Gália, mas sobretudo os da metade oriental do Mediterrâneo, particularmente as ânforas Ródias, que, tal como em outras regiões, são as mais frequentes. O mais provável é que tanto umas como outras, mas sobretudo as ânforas Ródias e outros tipos vinários do Mediterrâneo Oriental não viajassem até estas longínquas paragens ocidentais *per si*, mas seguramente inseridos num tráfico comercial mais amplo, de natureza e interesses diversos, devendo a sua recepção na costa ocidental atlântica em geral, e em *Olisipo* em particular, estar relacionada com a inclusão das mesmas nos circuitos de abastecimento à *Britannia* via rota atlântica, justamente a partir de Cláudio-Nero, no momento inicial de conquista e instalação (Fabião, 1998, p. 181).

No caso da Lusitânia, onde a produção/comércio provincial (lido através das ânforas), aparentemente, apenas irrompe no século II d.C., as diferenças entre o consumo dos vinhos hispânicos e mediterrânicos tornam-se “mais visíveis e ganham uma notoriedade distinta de outras regiões. Neste sentido, o que poderia ser entendido como uma aparente sub-representação da Lusitana 3 na amostra da Rua de São Mamede, o tipo vinário habitualmente maioritário nos conjuntos do século II d.C. em Lisboa, pode de facto ser o reflexo real desse momento compreendido entre o final do século I e as primeiras décadas do século II d.C, altura em que esta forma é ainda relativamente rara (Fabião, 2004, p. 390; Quaresma e Raposo, 2013, p. 3).

Tabela 5 Quantificação detalhada da Sondagem 2, por categorias e tipos cerâmicos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI	% TOTAL NMI
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	Dressel 14	39	18	52	15%
		Lusitana 3	1	1		
		Indeterminado	3	1		
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	3	1		
		Dressel 7-11	6	2		
		Beltrán IIA ou IIB	2	1		
		Indeterminado	1	1		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Dressel 20 (júlio-cláudia)	6	2		
		Dressel 20 parva (júlio-cláudia)	2	1		
		Dressel 20 (flávia-trajana)	13	9		
		Dressel 20 parva (flávia-trajana)	3	2		
		Dressel 20 (não determinável)	4	0		
		Halter 70	2	2		
	Gália	Indeterminado	1	1		
		Gauloise 4	1	1		
	Península itálica	Greco-Itálica	2	2		
		Dressel 1	1	1		
Norte de África	Brindisi	1	1			
	Dressel 2-4	1	1			
Med. Oriental	Indeterminado	1	1			
	Ródia (Camulodunum 184)	4	2			
Indeterminada	Indeterminado	1	1			
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 21	1	1	5	1,4%
		Conspectus 22	1	1		
		Conspectus 23	1	1		
		Conspectus 27	1	1		
		Indeterminado	6	1		
	TSI Tardo - it	Conspectus 39	1	1	1	0,3%
	TSSG	Ritt 1	1	1	44	12,7%
		Ritt 5	1	1		
		Ritt 8	2	1		
		Drag 15/17	4	2		
		Drag 18	5	2		
		Drag 24/25	11	9		
		Drag 27	22	10		
		Drag 33	4	4		
		Drag 35	3	3		
		Drag 35/36	2	2		
		Dech. 67	1	1		
		Indeterminados Lisos	52	4		
		Marcas	1	0		
		Drag 29	1	1		
	Drag 37	2	2			
	Indeterminados Decorados	2	1			
	TSHp	Martinez III	4	2	2	0,6%
	TSH	Drag 15/17	2	2	12	3,5%
		Drag 27	4	3		
		Indeterminados Lisos	15	3		
		Drag 37	2	2		
Indeterminados Decorados		2	2			
Paredes Finas	Mayet 37	2	1	7	2,0%	
	Mayet 42	1	1			
	Mayet 53	1	1			
	Indeterminado	9	4			

Lucernas		Volutas	3	3	13	3,8%
		Disco	5	4		
		Lucernas béticas	24	6		
Cerâmica Comum	Cerâmica comum itálica	Almofariz Dramont D2	2	2	5	1,4%
		EV Pomp (RPOMP 28)	1	1		
		EV Pomp	6	2		
	Cerâmica comum bética (Guadalquivir)	Almofariz	6	4	7	2,0%
		Bilha/jarro	1	1		
		Potinho	2	1		
	Cerâmica comum bética (Costa Ocidental)	Tigela	1	1	16	4,6%
		Potinho	5	3		
		Tigela	1	1		
		Pote/Panela	5	4		
		Bilha	8	5		
	Cerâmica comum lusitana (Tejo/Sado)	Opercula	3	2	182	52,6%
		Indeterminado	4	1		
		Prato	7	6		
		Tigela	26	24		
		Alguidar	5	5		
		Almofariz	1	1		
		Tacho	22	22		
		Pote/Panela	28	26		
Potinho		38	21			
Jarro		22	12			
Cântaro		1	1			
Bilha	13	11				
Tampa	41	36				
Opercula	6	5				
Peso de tear	2	2				
Indeterminado	67	10				
Total		621	346	346	100%	

4.2.3. Contextos pós-romanos

Devemos ainda mencionar um conjunto de materiais de cronologia romana oriundos dos contextos de cronologia Medieval e Moderna, onde, além das formas já mencionadas, presentes ao longo de praticamente toda a sequência cronológica do local, há a registar outros exemplares padanos da forma Consp 39, assim como a forma Consp 50.3, relativamente difundida ao longo do período compreendido entre Augusto/Tibério e os Flávios (Consp. p.138) e a tampa Consp. 54.1.1.

A grande novidade é a presença das importações africanas, ausentes dos contextos romanos, representadas pela TSAfr A Hayes 6, datada dos finais do século I e inícios do século II (Hayes, 1973) e pelas cerâmicas de cozinha africana, com fragmentos da produção do tipo A de Bonifay (2004, p. 66), aparentada à TSAfrA, com presença de engobe, pertencentes à forma Hayes 23 do tipo A com engobe e de um fragmento da produção do tipo C/A de Bonifay (2004, p. 67) com patine cinzenta Hayes 197.

5. Considerações finais

Com base nos dados disponíveis, a hipótese de se tratar de uma acumulação e regularização acondicionada de uma zona de encosta de pente acentuada, provavelmente articulada com a construção das “Termas dos Cássios” estava já assinalada (Silva, 2012, p. 234). Cumulativamente, esta operação de carácter urbanístico estaria também relacionada com o processa-

mento detritico planeado, considerando-se a prévia triagem e mobilização de resíduos sólidos urbanos face à necessidade de criação de patamares que poderiam absorver uma elevada capacidade de material artefactual e sedimentar (Silva, 2011, p. 211).

Este tipo específico de evidência arqueológica tem vindo a ser tratada no âmbito dos segundos usos que podem ter os resíduos sólidos urbanos, com maior incidência na distribuição do descarte de contentores anfóricos, por ser um elemento artefactual de maior volume e com um histórico de investigação mais aprofundado enquanto material reciclado, em contextos de aterro, drenagem, preenchimento de estruturas negativas, nivelção de terreno ou apenas lixeira urbana (Carreras Monforte, 2011, p. 25).

Um estudo de caso concreto relacionado com esta problemática, a intervenção arqueológica realizada na lixeira do subúrbio Norte de *Augusta Emerita*, resultou na compreensão do significado da mobilização de resíduos sólidos, ao longo do período romano, como agente nivelador e modelador da fachada Norte da cidade que detinha uma pendente mais abrupta que a actual (Heras Mora *et alii*, 2011, p. 354). O urbanismo e a topografia estariam intimamente relacionados com a evolução da área de despejo de resíduos sólidos, sendo este fenómeno não apenas um resultado topográfico passivo, mas também um agente ao serviço do crescimento urbano, favorecendo a instalação de estruturas ou melhorando a transitabilidade em casos específicos (Heras Mora *et alii*, 2011, p. 359).

No que respeita aos materiais, a diversidade artefactual e a coerência e homogeneidade cronológicas registadas nos distintos (sub)conjuntos da Rua de S. Mamede revestem-se de especial importância para a reconstituição do comércio de bens e alimentos na região de *Olisipo* e da sua integração nos circuitos comerciais do mundo provincial romano.

Se de facto estão maioritariamente documentados conjuntos de escala regional, com um universo percentual esmagador no seio destes contextos, estão igualmente presentes conjuntos de importação que denotam uma intensa circulação de produtos, quer ao nível do abastecimento de bens alimentares, quer de cerâmicas finas. Estes dados são fundamentais para a caracterização dos perfis aquisitivos da cidade, em sintonia com outros centros de consumo do território lusitano, pelo menos, no que ao conjunto das importações de *terra sigillata* e de ânforas diz respeito, sendo evidente a aceitação que estas encontraram nos mercados locais, quer pela sua representação, como, no caso das primeiras, pela sua incorporação no repertório cerâmico local.

Embora tenham sido já oportunamente comentadas as devidas associações artefactuais e o seu significado face aos contextos da Rua de S. Mamede é também importante sublinhar que subsistem, a nível global, alguns indicadores de continuidade. Um dos mais relevantes e que fornece elementos sobre a antiguidade relativa dos conjuntos de cronologia romana da Rua de S. Mamede é a ausência de importações de TSAf. Como *supra* referido, somente nos níveis pós-romanos foi possível identificar estas produções, representadas por formas que correspondem ao repertório da fase inicial da produção, à semelhança de alguns contextos observados na Rua da Madalena (Sarrazola, Simão, 2013) no Aljube/Rua Augusto Rosa (Silva, 2012) e na Rua da Saudade (Silva, 2012). Tendo em conta os poucos casos conhecidos em Lisboa para esta fase, os valores dos fabricos norte africanos são praticamente residuais, crescendo de forma exponencial apenas a partir de meados do século II, momento em que se atesta a crescente influência desta província na relação comercial com a cidade.

Devemos ainda salientar no caso das ânforas, que as da Rua de São Mamede se mostraram especialmente importantes no estabelecimento de cronologias para as sequências estratigráficas, particularmente nos estratos em que outros tipos de cerâmica com cronologias mais

finas estavam ausentes. Tal era o caso dos depósitos [231], [232] e [230] da Sond. 2, onde não se exumaram quaisquer fragmentos de *sigillata*, lucerna ou outras cerâmicas com cronologia de produção bem definida. As ânforas recolhidas nesses estratos, com exceção do [230] onde apenas se recolheram ânforas republicanas, apontaram e confirmaram uma cronologia enquadrável entre a dinastia Flávia e o primeiro terço do séc. II d.C., sobretudo devido à presença dos contentores oleários do tipo Dressel 20 da variante Flávia-Trajana. Estas indicações cronológicas dos dois estratos mais antigos da sond. 2 (Oeste) são coincidentes com a restante sequência estratigráfica que se lhe sobrepõe. Já na Sondagem 1, onde o conjunto anfórico era bem mais reduzido, a cronologia parece poder ser ligeiramente anterior. Refira-se que também na sond. 2 se poderia atribuir uma cronologia situável nas duas últimas décadas do séc. I d.C. ao conjunto de depósitos situados sob a U.E. [222]; contudo, a presença de um bordo de Lusitana 3 neste último estrato não permite, à luz do actual estado do conhecimento, recuar a sua formação para trás do início do séc. II d.C..

Outros elementos de destaque dizem respeito à persistência dos fabricos tardo-itálicos de *sigillata* (Silva, 2012), pelo menos até à época Flávia, também registados em Santarém (Viegas, 2003, p.73), como a presença, ainda que sempre em proporções minoritárias, das produções de *terra sigillata* hispânica precoce, cuja representação parece restringir-se quase por completo à forma III, cronologicamente situável entre os meados do séc. I a.C. e o I d.C. (Amores e Keay, 1999). Trata-se de uma forma bem documentada em diferentes locais da cidade (Silva, 2012, p.208-234, p. 232-244, 248-258; Santos, 2015, p.42) ao longo do período Júlio-Cláudio e, eventualmente, os finais do século I, que atesta a capacidade de penetração no mercado das produções béticas (Silva, 2015a), complementadas por outras gamas de cerâmicas finas, pelas ânforas, pelos conjuntos lucernários e pelas cerâmicas comuns.

Com efeito, esta conexão económica está igualmente atestada tanto nas paredes finas, que concorrem já na segunda metade do século I com as produções emeritenses, embora estas não possam ser encaradas como sérias competidoras ao fulgor das representações béticas, ocorrendo sempre em menor número, como no conjunto lucernário, onde a supremacia dos fabricos béticos pode ser também constatada na Praça da Figueira, desde Tibério, (Vieira, 2011; Silva, 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) ou no NARC, (Grilo, 2013) mantendo-se ao longo do século II, data a partir da qual compete já com produções locais de lucernas de disco (Vieira, 2011, p.116; Filipe, *et alii*, no prelo).

O mesmo parece ser constatado por algumas produções de cerâmica comum, que, à semelhança de outros contextos urbanos (Quaresma, no prelo; Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) estão representadas maioritariamente por conjuntos da costa ocidental. As formas documentadas são predominantemente tigelas e pote/panelas/panelas, que podem estar associadas a um eventual comércio especializado de produtos alimentares, (Silva, 2015a) a par dos contentores anfóricos, e os almofarizes, oriundos da região do Guadalquivir. Estes últimos gozaram de ampla preferência nos mercados locais, encontrando-se amplamente representados em Lisboa até à época Flávia, o que pode explicar, em parte, a escassez destas formas na produção local e a imitação pontual dos seus congéneres béticos. Na realidade, a presença destas e de outras importações da província da Bética, embora com maior expressão ao longo da primeira metade da centúria, irá perdurar pelo Alto império, em pequenas quantidades (Quaresma, no prelo), mesmo após o incremento do comércio norte-africano.

Por último, parece ser evidente a vitalidade da indústria oleira regional, demonstrando a rápida capacidade de adaptação a novos modelos e repertórios cerâmicos e à sua produção e distribuição.

BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga, V. La céramique commune local et régionale*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- ALMEIDA, F. M. (1986) – *Carta Geológica do Concelho de Lisboa*. Folha 4, na Escala 1:10 000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- AMORES, F. e KEAY, S. J. (1999) – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflor o una serie de hispánicas precoces”. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. (eds.), *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jaén/Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 235-258.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las Ánforas del Gualdalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. *Aportación al Conocimiento de Los Tipos Minoritarios*. Col.Leció Instrumenta 8. Barcelona. Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. (2016) – On the way to Augusta Emerita. Historiographical overview, old and new data on fish-product amphorae and commerce within the trade to the capital of Lusitania. In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 10. Oxford, p. 195-220.
- ALMEIDA, R. R.; FILIPE, V. (2013) – 50 anos depois. As ânforas romanas da Praça da Figueira (Lisboa). In *Arqueologia em Portugal, 150 anos (Congresso comemorativo dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 737-745.
- ALMEIDA, R. R. ; VICTOR, F. (no prelo) – Uma primeira leitura da distribuição de ânforas da Gália na Lusitânia. In *Actas do Workshop Internacional A terra sigillata sudgálica no Sudoeste da Hispânia: circulação e consumo*. 28 e 29 de Setembro de 2015. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Lisboa.
- ALMEIDA, R. R. PINTO, I.V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014) – = ALMEIDA et alii 2014a – Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In Morais, R., Fernández, A. e Sousa, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia – SECAH / Braga, 4-6 April 2013)*. Vol. I. Porto, p. 405-423.
- ALMEIDA, R. R.; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – = ALMEIDA et alii 2014b – Ânforas do Mediterrâneo oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In Morais, R., Fernández, A. e Sousa, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia – SECAH / Braga, 4-6 April 2013)*. Vol. I. Porto, p. 683-692.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. In *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves – 22, 23 e 24 Outubro 2009)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 285-304.
- BANHA, C. (2010) – As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (Civitas Igaeditanorum). *Cem anos de investigação arqueológica no interior centro. Congresso Internacional de Arqueologia. Castelo Branco, 2008*. Materiais Para o Estudo das Antiguidades Portuguesas, número especial. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior, p. 237-297.
- BANHA, C.; ARSÉNIO, P. (1998) – As ânforas romanas vinárias de Seilium (Tomar), Conventus Scallabitanus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. N.º 2, p. 165-190.
- BARGAGLIOTTI, S. (2001) – Il relitto dell’Ardenza (Livorno): un carico di anfore betiche naufragato intorno alla metà del I sec. d.C. *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. III. Écija, p. 1111-1119.
- BAUDOIX, J. (1996) – *Les Amphores du nord-est de la Gaule (territoire française): contribution à l’histoire de l’économie provinciale sous l’Empire romain*. DAF. Vol. 52. Paris.
- BERTRAND E. (1992) – Les amphores d’un vide sanitaire du 1er siècle à Lyon (Saint-Just). *SFEAG – Actes du Congrès de Tournai (1992)*. Marseille: Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 265-277.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*. Col.Leció Instrumenta 4. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Col.Leció Instrumenta 29. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.

- BERNI MILLET, P. (2011) – Tipología de la Haltern 70 bética. In *Ánforas romanas de Lugo*. Trabajos de Arqueología. Vol. 3. Lugo, p. 80-107.
- BERNI MILLET, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) – “Dressel 20 (Valle del Guadalquivir)”. *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>), 23 noviembre, 2016.
- BONIFAY, M. (2004) – Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique. BAR International Series. 1301. Oxford.
- BUGALHÃO, J., (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Trabalhos de Arqueologia. 15. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: O cemitério romano do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 243-275.
- BUGALHÃO, J.; SABROSA, A. (1995) – O Complexo Industrial Romano da Baixa – uma unidade de salga de Peixe na Rua Augusta (Lisboa). In *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 35:3. Porto, p. 379-406.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia Regional das Beiras. Policopiado.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011a) – *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial: entre el consumo y la exportación*. Mérida. *Serite Ataecina*.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011b) – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. The «emeritense» thin walled pottery production. *Zephyrus*. 67, p. 161-170.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do ager Olisiponensis*. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo. Universidad de Extremadura Departamento de Historia Área de Arqueología. Cáceres. Policopiado.
- CARDOSO, G. (2015) – *Estudio arqueológico da villa romana de Freiria*. Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Haltern 70: a review. *Journal of Roman Pottery Studies*. 10, p. 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Tipología d’Haltern 70 del Culip VIII. In A. A. V. V.: *Culip VIII i les Àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc. 5. Girona: Museu d’Arqueologia de Catalunya. Centre d’Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 139-147.
- CARRERAS MONFORT, C. (2011) – Urbanismo y eliminación de residuos urbanos. In VALLVERDU, J. A. R.; PÉREZ, J. A. (ed.), *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 17-26.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) – Haltern 70 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016.
- CARRERAS MONFORT C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo*. Barcelona. Col·lecció Instrumenta, 5. Universitat de Barcelona. Barcelona.
- CARVALHINHOS, M.; MIRANDA, P.; MANSO, C.; MOTA, N. (2010) – Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua das Pedras Negras, via pública, 5. Policopiado.
- CIL IV = Corpus Inscriptionum Latinarum IV – *Inscriptiones parietariae Pompeianae Herculanae Stabianae*, ZANGEMEISTER, C. & SCHOENE, R. (1871); *pars II, Inscriptiones parietariae et vasorum fictilium*, MAU A. (1909); *pars III, Inscriptiones Pompeianae Herculanae parietariae et vasorum fictilium*, (eds.) DELLA CORTE, M. & CIROTTI, P. (1952-1970).
- COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) – *L’Épave de Port-Vendres II et le Commerce de la Bétique à L’Époque de Claude*. Archaeonautica. 1. Editions du CNRS. Paris.
- DANGREAU, B.; DESBAT, A. (1988) – Les amphores du dépotoir flavien du Bas-de-Loyasse à Lyon. *Gallia*. 45, p. 115-153.
- DIOGO, A. M. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 5. Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. (1997) – Inscrição paleocristã do Palácio de Penafiel, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. 56. N.º 261.
- DIOGO, A. M. D. (2000) – As ânforas das escavações de 1989-93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 3. Vol. 1, p. 163-179.
- EHMIG, U. (2002) – Deux assainissements avec amphores à Mayence (Germanie supérieure). *Gallia*, 59, p. 233-251.
- EHMIG, U. (2003) – *Die römischen Amphoren aus Mainz*. Mönnesee: Bibliopolis. Frankfurter Archäologische Schriften. 4.
- EMPEREUR, J. Y.; HESNARD, A. (1987) – Les Amphores Hellénistes. *Les Céramiques Hellénistiques et Romaines*. II. Paris: Les Belles Lettres.

- ETTINGLER, E et alii. (1990) – *Conspectus formarum terrea sigillata Italico modo confectae*. Römisch-germanische Comisión des deutschen archäologischen Instituts zu Frankfurt, Bonn.
- FABIÃO, C. (1993-1994) – O azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. N.º 1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitania. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In Bernal Casasola, D. e Lagóstena Barrios, L. (eds.). *Figlinae baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana. Actas del Congreso Internacional* (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). BAR International Series, 1266. Cadiz, p. 379-410.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Union Académique International / Academia das Ciências de Lisboa / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- FERNÁNDEZ IZQUIERDO, A.; BERNI MILLET, P.; AGUILERA MARTÍN, A. (2007) – El pecio de la Albufe-reta (Alicante): un documento de época pre-flavia. In J. Pérez Ballester e G. Pascual, (eds.). *Actas V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática (Gandía, 8 a 10 de noviembre de 2006)*. Valencia, p. 231-246.
- FENTRESS, E. (2001) – Villas, wine and kilns: the landscape of Djerba in the late Hellenistic period. *Journal of Roman Archaeology*. 14, p. 249-268.
- FERRANDES, A. F. (2008) – I contenitori da trasporto. In Filippi, F. (a cura di), *Horti et sordes. Uno scavo alle falde del Gianicolo*. Roma, p. 247-283.
- FILIPE, V. (2008) – Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11-2, p. 301-324.
- FILIPE, V. (2015) – As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): Campanhas 2001-2006. *Spal*. 24, p. 129-163.
- FILIPE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. (2010) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In Járrega, R.; Berni Millet, P. (eds.) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana, III). Tarragona: Instituto Catalán de Arqueología Clásica (ICAC)/ SECAH, p. 423-445.
- FONTANA, S. (2009) – Le anfore. In E. Fentress, A. Drine, R. Holod (a cura di). *An island through time: Jerba Studies. I. The Punic and Roman periods*. Journal of Roman Archaeology. Suppl. ser. 71. Portsmouth, p. 270-292.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2012) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*, 20, p. 185-283.
- GARCÍA VARGAS, E.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. (no prelo) – Análisis de caso: las ánforas ovoides de la Hispania Tardorrepública. *Actas del Workshop internacional Amphorae Ex Hispania (Tarragona, 2012)*.
- GRACE, V. R. (1979) – *Amphoras and the Ancient Wine Trade*. Princeton.
- GRILO, C. (2013) – As lucernas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 277-292.
- GRILO, C.; SANTOS, C. (2016) – A cerâmica comum da villa romana de Povos. *CIRA Arqueologia*. N.º 5.
- GOMES, S.; PONCE, M.; FILIPE, V. (no prelo) – Intervenção nas Pedras Negras: do séc. I d.C. a 1755. In *Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação (26-28 de Novembro de 2015)*.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. (2016) – Haltern 71 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-28-baetica-coast>). 04 julio, 2016.
- HERAS MORA, F. J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GRAGERA, A. B. O. (2011) – El vertedero del suburbio Norte de Augusta Emerita. Reflexión sobre la dinámica topográfica en el Solar de la Calle Almendralejo n.º 41. In VALLVERDU, Josep Anton Remolà; PÉREZ, Jesús Acero (ed.). *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 345-360.
- LAUBENHEIMER, F. (1985) – *La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise*. Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, 66. CNRS. Paris.
- LAUBENHEIMER, F. (1998) – Une épave de Bétique au large du Cap Corse: La Tour Sainte-Marie. *III Jornadas de Arqueologia Subaquática (Valencia, 1997)*. Valencia, p. 313-328.
- LAUBENHEIMER, F.; SCHMITT, A. (2009) – *Amphores vinaires de Narbonnaise. Production et grand commerce. Création d'une base de données géochimiques des ateliers*. Travaux de La Maison de L'Orient et de la Méditerranée. N.º 51. Lyon.

- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst 1. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte, 1. Die südschpanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. Forschungen in Augst. Vol. 7/1. Augst.
- MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. 2. Die Amphoren für Wein, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung*. Augst.
- MARTY, F.; ZAARAOUI, Y. (2009) – Contextes céramiques du Haut-Empire de la bonification de l'Estagnon à Fos-sur-Mer (Bouches-du-Rhône). In *SFECAG. Actes du congrès de Colmar*. Marseille, p. 397-426.
- MAYET, F. (1975) – *La céramique à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordeaux: Centre Pierre/CNRS.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. Du Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'Atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. Du Boccard.
- MOITA, I. (1968) – Achados da época romana no subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*, 19. Lisboa, p. 33-71.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 2. Braga.
- MORILO CERDÁN, Á.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009) – Lucernas hispanorromanas. In Bernal Casasola, D. e Ribera I Lacomba, A. (eds.). *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad. pp. 407-427.
- MOTA, N. (2010) – *Relatório da Intervenção Arqueológica Urbana no Largo de Santo António da Sé, via pública (LSA Sp10)*. Policiopiado.
- NIETO PRIETO, J.; JOVER ARMENGOL, A.; IZQUIERDO TUGAS, P.; PUIG GRIESENBERGER, A. M.; ALAMINOS EXPOSITO, A.; MARTIN MENENDEZ, A.; PUJOL HAMELINK, M.; PALOU MIQUEL, H.; COLOMER MARTI, S. (1989) – *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a Cala Culip – I*. Centre d'Investigacions Arqueològiques de Girona, Sèrie monogràfica. 9. Girona.
- CARANDINI A.; PANELLA C. (a cura di) (1973) – *Ostia III. Le Terme del Nuotatore. Scavo degli Ambienti III, VI, VII. Scavo dell'Ambiente V e di un saggio dell'Area SO (Studi Miscellanei, 21)*. Roma: De Luca Editore.
- PANELLA, S. (1976) – Per uno studio delle anfore di Pompei. Le forme VIII e X della tipologia di R. Schoene. *Studi Miscellanei*, 22. Roma: De Luca Editore, p. 152-165.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. L. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I, Lisboa. In *Arqueologia em Portugal, 150 anos (Congresso comemorativo dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 747-754.
- PASSELAC, M. (1993) – Céramique à vernis rouge pompéien. *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. de n.è.) en Méditerranée nord-occidentale*. Lattara. 6, p. 545-547.
- PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P.; FALÉ, P. (2006) – *Notícia Explicativa Folha 34 – D Lisboa, da Carta Geológica de Lisboa, na Escala 1:50 000*. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação Departamento de Geologia. Lisboa.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the roman economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- PIMENTA, J.; SILVA, R. B.; CALADO, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a intervenção arqueológica urbana da Rua de S. Mamede ao Caldas, n.º15. In Arruda, A. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos (2005)*. Vol. 2. Lisboa: UNIARQ, p. 724-735.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. *Actas do Congresso conquista e romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*. N.º 3, p. 86-121
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.
- PINTO, I. V. e SCHMIT, A. (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. e GONÇALVES, A. (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana. 5. Mérida, p. 219-443.
- PY, M. (1993) – *Unguentariums*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av.n.e. – VIIe s. de n. e.) en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon, p. 581-584.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono- morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9-1, p. 149-166.
- QUARESMA, J. C. (no prelo) – Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard. New Castle. 26-27th March 2014*.
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos e Memórias. 4. Lisboa: Uniarq.

- QUARESMA, J. C.; RAPOSO, J. M. C. (2013) – Lusitana 3 (Lusitania Occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania>).
- RAPOSO, J. M. C.; SABROSA, A. J. G.; DUARTE, A. L. C. (1995) – Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). In *Actas do 1º congresso de arqueologia peninsular. Porto. 1993*. Vol. VII, p. 331-352.
- RIBEIRO, I. (2010) – *A terra sigillata hispânica da Praça da Figueira*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Policopiado.
- RIZZO, G. (2003) – *Instrumenta Urbis I. Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'Imperio*. Collection de l'École Française de Rome, n.º 387. Roma: École Française de Rome.
- RIZZO, G. (2014) – Le anfore, Ostia e i commerci mediteranei. In C. Panella e G. Rizzo, *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore*. (Studi Miscellanei, 38). Roma: «L'Erma» di Bretschneider.
- ROCHA, A. (2016) – *Almofariz. Peça do mês*. Museu do Dinheiro Largo de S. Julião. Lisboa: Banco de Portugal.
- ROCHA, A.; GRILLO, C. (no prelo) – A cerâmica comum romana do edifício sede do Banco de Portugal, Lisboa.
- RAPOSO, J.; DUARTE, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In Filipe, G. e Raposo, J., *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 249-266.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1983) – Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d.C.. *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Universidad Complutense. p. 115-131.
- REMESAL RODRÍGUEZ J. (1986) – *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania. Con un corpus de sellos en ánforas Dressel 20 hallados en Nimega, Colonia, Mainz, Saalburg, Zugmantel y Nida-heddernheim*. Madrid: Universidad Complutense.
- RODRÍGUEZ ALMEIDA, E. (1984) – *Il Monte Testaccio : ambiente, storia, materiali*. Roma: Quasar.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- SANTOS, A. B. (2015) – *A terra sigillata do Edifício Sede do Banco de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS, C. (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SARRAZOLA, A.; SIMÃO, I. (2013) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Sondagens arqueológicas da Rua da Madalena 54-60*. Lisboa. Policopiado.
- SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa, Estudo histórico descritivo*. 3ª edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B. (2011) – *Olisipo*. In VALLVERDU, Josep Anton Remolà; PÉREZ, Jesús Acero (ed.). *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 203-212.
- SILVA, R. B. (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. *Actas do Congresso conquista e romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*. N.º 3. Câmara Municipal de Vila de Franca de Xira, p. 178-199.
- SILVA, R. B. (2015a) – O “facies” cerâmico de Olisipo (Lisboa) no período Júlio Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In *Actas do Workshop internacional La Configuración de los facies Cerámicos Altoimperiales en el sul de la Península Ibérica: tecnología, producción, difusión y comercialización de cerámicas finas de origen bético en el Sur peninsular durante el Alto Imperio*. Noviembre de 2013.
- SILVA, R. B. (2015b) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama, Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP, 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 41-67.
- SILVA, R. B. (2015c) – Acerca de um almofariz itálico com marca de oleiro de M Cominivs Satvrninv, de Lisboa. *Estudos e relatórios de arqueologia tagana*. 4, p. 1-12.
- SILVA, R. B.; FILIPE, V.; ALMEIDA, R. R. (2016) – Julio-Claudian Lusitanian Amphorae: a Perspective on Selected Contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 153-166.
- SILVA, R. B.; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p. 1-16

- SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2015) – Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In M.J. Gonçalves and S. Gómez Martínez (eds.). *Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean (Silves & Mértola, 22-27 October 2012)*. Silves. p. 455-460.
- SILVA, H.; FILIPE, I. (2013) – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos: Escadinhas de São Crispim, 3-3A, Lisboa*. Policopiado.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S.; GODINHO, R. (2014) – Pree-xistências de Setúbal. 2.ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.os 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*. 4. p. 161-214.
- TOMBER, R.; DORE, J. (1998) – *The National Roman Fabric Reference Collection. A handbook*. Museum of London Archaeology Service (MOLAS) Monograph. London.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1999) – Inscrição funerária paleocristã da Rua de São Mamede ao Caldas, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. 62, n.º 284.
- VIEIRA, V. A. C. N. (2011) – *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa): Contributo para o conhecimento de Olisipo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Edição policopiada.
- VIEGAS, C. (2003) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos & Memórias. 3. Lisboa: UNIARQ.

NOTAS

- ¹ Os autores agradecem aos responsáveis pela intervenção arqueológica (arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa – Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e Centro de Arqueologia de Lisboa, respectivamente) a cedência dos dados que agora se apresentam.
- ² No que concerne à investigação programada do lanço Oriental da muralha, a par desta intervenção arqueológica foram também realizadas escavações no Largo de Santo António da Sé (na via pública e no interior do edificado com os n.ºs 3-5), na Rua das Pedras Negras (via pública, em frente ao n.º 5) e na Rua do Milagre de Santo António (via pública, em frente aos n.ºs 2-4) que brevemente serão alvo de publicação.
- ³ Projecto municipal coordenado por Manuela Leitão.
- ⁴ Esta formação é caracterizada por bancadas de areias ferruginosas, de cores avermelhadas, amarelas e esbranquiçadas homogéneas que formam grés ou molasso de cimento carbonatado. Nas camadas arenosas com *Ostrea crassissima* e *Ostrea gingensis* existem intercalações cinzentas claras e amareladas, micáceas, com moldes de moluscos e impressões de vegetais terrestres. Verticalmente esta formação passa a calcário compacto e muito fossilífero na bancada superior, apresentando depósitos relativamente espessos de cerca de 35m, estendendo-se do Castelo de S. Jorge, Graça, Penha de França, Areeiro, Rotunda do Aeroporto, Campo Grande até ao Lumiar (Almeida, 1986).
- ⁵ Materiais em estudo por uma das signatárias (C.G.)
- ⁶ Recentemente exibidos numa exposição no Museu do Dinheiro, dedicada às ânforas exumadas na escavação do edifício e coordenada por Artur Rocha. O conjunto anfórico do Banco de Portugal encontra-se em fase de estudo por um dos signatários deste trabalho (V.F.)